

**TIDJANI MARCELO ANTÓNIO DOS SANTOS**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TEMPOS  
DE GLOBALIZAÇÃO.**

**O CASO DO PARQUE NATURAL DOS TARRAFES DO RIO CACHEU  
(GUINÉ-BISSAU)**

**Orientador: Professor Doutor Eduardo Figueira**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa  
2017**

**TIDJANI MARCELO ANTÓNIO DOS SANTOS**

# **DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO.**

**O CASO DO PARQUE NATURAL DOS TARRAFES DO RIO CACHEU  
(GUINÉ-BISSAU)**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Segundo Ciclo de Estudos «Sociologia e Economia do Trabalho: Inteligência Económica e Cooperação no Espaço Lusófono», conferido pela Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, segundo o Despacho Reitoral nº. 237/2017, no dia 5 de Julho de 2017, com a seguinte composição de Júri:

Presidente: Professora Doutora Maria Salomé Fernandes  
Martins Marivoet

Arguente: Professor Doutor Mário Rui de Abreu Duarte  
Moura

Orientador: Professor Doutor Eduardo Álvaro do Carmo  
Figueira

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa**

**2017**

## EPÍGRAFE

*“Examina a sociologia do desenvolvimento que se produz... nos países desenvolvidos... Para ser exportada e usada nos países subdesenvolvidos. Submetida a uma análise crítica, esta nova sociologia do desenvolvimento resulta empiricamente nula, quando se confronta com a realidade teoricamente inadequada nos termos das suas próprias normas clássicas e sociocientíficas, e ineficaz no propósito de levar a cabo as suas intenções de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos”.*

*(Frank, 1976, p. 5)*

*O desenvolvimento local (...) trata-se de uma alternativa positiva, em contexto de uma globalização dominada pela óptica neo-liberal, que busca a conciliação da abertura ao mundo com a satisfação local das necessidades.*

*In Albino, Laura & Rosa (2001)*

## DEDICATÓRIA

*À minha mãe Isabel Dama, ao meu  
pai Marcelo dos Santos ao meu filho  
Jaimar dos Santos e a todos meus  
irmãos e familiares*

## **AGRADECIMENTOS**

Os meus agradecimentos à senhora Professora Doutora Mariana Cascais e aos senhores Professores Doutor Manuel Carvalho da Silva, Doutor José Fialho Feliciano e Doutor André Magrinho.

De modo muito particular, reitero ao meu orientador Professor Doutor Eduardo Figueira a minha gratidão pelo seu acompanhamento deste trabalho de investigação.

Agradeço igualmente a todos aqueles que, directa ou indirectamente, me apoiaram na realização deste percurso.

## **RESUMO**

A presente dissertação, no âmbito do Mestrado em «Sociologia e Economia do Trabalho: Inteligência Económica e cooperação no Espaço Lusófono», foca-se na problemática do desenvolvimento local em tempos de globalização. Pretende compreender se as ONG poderão ou não ser factor de mudança nesse processo de desenvolvimento local e, no caso particular, no seu papel no desenvolvimento do Parque Natural dos Tarrafas do rio Cacheu (Guiné-Bissau). Este estudo permitiu ainda discriminar em que medida o fenómeno da globalização se associa às iniciativas de mudança em territórios com características idênticas ao PNTC.

Para o efeito, foi realizado um inquérito por questionário e entrevista junto dos actores de desenvolvimento local no Parque Natural dos Tarrafas do rio Cacheu. O objectivo foi capturar as suas perspectivas sobre o papel das ONGs e das populações nas estratégias de mudança local, tendo em conta que os impactos da globalização influenciam as dinâmicas do desenvolvimento, quer global, quer local.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento local, globalização, ONG, inteligência estratégica, PNTC

## ABSTRACT

The present dissertation, within the scope of the Master in "*Sociology and Labor Economics: Economic Intelligence in the Lusophone Space*", focuses on the problem of local development in times of Globalization. It intends to understand whether or not NGOs can be a factor in this process of local development in general and, in particular, in the development of the Tarrafas Natural Park of the Cacheu River (Guiné-Bissau). This study also made it possible to identify the extent to which the phenomenon of globalization is associated with initiatives for change in territories with similar characteristics to the PNTC.

For this purpose, a questionnaire survey and interview with the local development actors were carried out in the Tarrafas Natural Park of the Cacheu River. The aim was to capture their perspectives on the role of NGOs and populations in local change strategies, bearing in mind that the impacts of globalization influence the dynamics of development, both global and local.

**Keywords:** Local Development, Globalization, NGOs, Strategic Intelligence, PNTC

## ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

PNTC	Parque Natural dos Tarrafas de rio Cacheu
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
MONTE-ACE	Desenvolvimento do Alentejo Central
AD	Acção para o Desenvolvimento
GSRF-PNTC	Gestão Sustentável dos Recursos Florestais do Parque Natural dos Tarrafas do rio Cacheu
SAP	Sistema das Áreas Protegidas
ONGD	Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento
ULHT	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
APA	<i>American Psychological Association</i>
US\$	Designação monetária do dólar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
FMI	Fundo Monetário Internacional
OMC	Organização Mundial de Comércio
CR	Constituição da República
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i> (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 — PROBLEMÁTICA DO ESTUDO.....	15
1.1. As ONGs e populações no desenvolvimento local em tempos de globalização: PNTC (Guiné-Bissau).....	15
1.2. Pergunta de partida.....	16
1.3. Hipótese.....	17
1.4. Objectivos.....	17
1.5. Enquadramento teórico.....	18
CAPÍTULO 2- DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	21
2.1. Desenvolvimento.....	21
2.2. Desenvolvimento local .....	23
2.3. As ONGs .....	26
2.4. Globalização.....	29
2.5. Participação da população .....	31
CAPÍTULO 3 — CONTEXTUALIZAÇÃO: PARQUE NATURAL DOS TARRAFES DO RIO CACHEU (GUINE-BISSAU).....	36
3.1. Localização e aspectos ambientais .....	36
3.2. População e contexto sociocultural .....	38
3.3. Contexto económico.....	40
3.4. Contexto político .....	41
3.5. Potencialidades do PNTC.....	42
CAPÍTULO 4 — ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	43
4.1. Delineamento geral e procedimentos .....	43
4.2. Objecto e contexto do estudo .....	44
4.3. População alvo e amostra .....	44
4.4. Conceptualização das variáveis.....	45
4.5. Análise e interpretação dos dados .....	46

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	48
5.1. Característica do grupo alvo.....	48
5.2. A percepção da Globalização .....	49
5.3 A percepção do processo de desenvolvimento local .....	50
5.4. Percepção sobre estratégias de intervenção.....	52
5.5. Percepção sobre participação no desenvolvimento local .....	53
5.6. Relação entre os 4 índices .....	55
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES .....	59
6.1. Visão final .....	59
6.2. Recomendações .....	61
BIBLIOGRAFIA.....	62
Apendices .....	I
APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS TÉCNICOS E POPULAÇÕES DO PNTC .....	I
APÊNDICE II: GUIÃO DE ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR-EXECUTIVO DA ONG GUINEENSE GAECA-PALMEIRINHA .....	VI
APÊNDICE III: ENTREVISTA COM DIRETOR-EXECUTIVO DA ONG GAECA-PALMEIRINHA .....	VIII

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 As três tendências ideológicas relacionadas com a globalização .....	29
Quadro 2 - Complexidade de processos de globalização .....	30
Quadro 3 Esquemas de interação de bases .....	32
Quadro 4 Formas institucionais das organizações modernas .....	35
Quadro 5 Evolução da população da zona sul do PNTC.....	38
Quadro 6 Evolução da população da zona norte do PNTC.....	39
Quadro 7 Índice da globalização .....	49
Quadro 8 Índice de desenvolvimento local.....	51
Quadro 9 Índice da estratégia de intervenção.....	53
Quadro 10 Índice da participação .....	54
Quadro 11 Relações de associações entre os índices de globalização, desenvolvimento local e participação...	55
Quadro 12 A relação entre os índices globalização, desenvolvimento local e participação e as áreas.....	56
Quadro 13 Relações entre os índices de globalização, desenvolvimento local, participação com os técnicos e populações .....	56

## ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 Mapa de ocupação dos solos, 2007 .....	36
Imagem 2 Parque Natural dos Tarrafes do rio Cacheu, povoação.....	40
Imagem 3 Cidade de Cacheu .....	41

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação, no âmbito do Mestrado em «Sociologia e Economia do

Trabalho: Inteligência Económica no Espaço Lusófono», foca-se na problemática do desenvolvimento local em tempos de globalização. Pretende compreender se as Organizações Não-Governamentais (doravante designadas por ONGs) poderão ou não ser factor de mudança nesse processo de desenvolvimento local e, no caso particular, qual o seu papel no desenvolvimento do Parque Natural dos Tarrafas do rio Cacheu (Guiné-Bissau), de aqui em diante denominado PNTC.

Para o efeito, foi realizado um inquérito por questionário e entrevista junto dos actores de desenvolvimento local no PNTC. O objectivo foi captar as suas perspetivas sobre o papel das ONGs e das populações nas estratégias de mudança local, tendo em conta que os impactos da globalização influenciam as dinâmicas do desenvolvimento, quer global, quer local, na justa medida em que tudo que é produzido à escala global tem influência a nível local e vice-versa (Giddens, 2000).

Para além da compreensão das estratégias das ONGs no processo de mudança e de interação entre o fenómeno da globalização e o processo de desenvolvimento local, prevemos que o estudo possa permitir a análise empírica e a compreensão das potencialidades sociais, económicas e naturais do PNTC.

No quadro desta problemática, julgamos que o inquérito e entrevista realizados ajudaram igualmente a responder à questão principal do estudo, isto é: **poderão as ONGs ser fator estratégico de mudanças no PNTC (Guiné-Bissau)?**

As ONGs podem constituir uma excelente estratégia de mudança se os projectos em que participam. São igualmente motores estratégicos de mudança, ao capacitar e mobilizar pessoas e recursos, endógenos e exógenos, em parceria de internacionalização, gerando assim mais valor acrescentado relativamente às prioridades dessas comunidades e territórios em contexto de globalização.

De modo a viabilizá-lo e a evidenciar esta resposta positiva, o presente estudo encontra-se estruturado em seis (6) capítulos, para além desta introdução. No primeiro capítulo, apresenta-se e discute-se a problemática do estudo, a questão de partida, a hipótese e fez-se o enquadramento teórico relativamente à problemática; no segundo capítulo, fez-se a revisão da literatura, num terceiro momento, faz-se o enquadramento contextual; geográfico,

---

social, económico e político do PNTC (Guiné-Bissau), bem como se apresentam as suas potencialidades no que concerne à promoção do seu desenvolvimento mediante alternativas que têm por base uma inteligência estratégica; no quarto capítulo, são justificadas as metodologias usadas para a realização do presente estudo; no quinto capítulo, apresentam-se e discutem-se os resultados da investigação e, por fim, no sexto e último capítulo, são apresentadas as considerações finais.

A formatação, uso de citações e de referências bibliográficas seguem a norma APA reconhecida pela Universidade Lusófona.

Em termos de redacção, o texto não seguiu as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa.

## CAPÍTULO 1 – PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

### 1.1. As ONGs e populações no desenvolvimento local em tempos de globalização: PNTC (Guiné-Bissau)

Como anteriormente anunciado, a presente dissertação visa estudar e compreender se as ONG, enquanto actores de desenvolvimento local, poderão ser factor de estratégias de mudança local (das comunidades) em tempos de globalização. No caso particular, visamos o PNTC (Guiné-Bissau). A investigação efectuada questiona se as ONGs são ou não capazes de capacitar e mobilizar pessoas e recursos, sejam eles endógenos e/ ou exógenos, gerando valor acrescentado às comunidades locais em contexto de globalização.

A dinâmica das ONGs e das populações nas estratégias de mudanças é reconhecida pelo impacto positivo que venha a ter na transformação e no desenvolvimento territorial, sobretudo num período em que a “globalização está a mudar a forma como o mundo se nos apresenta e a maneira como olhamos para o mundo” (Giddens, 2004, p. 51).

Num encontro mundial de ONGs que se realizou em Londres, em 1987, pelo Banco Mundial em parceria com *Overseas Development Institute*, um grupo restrito dessas organizações (basicamente de países em vias de desenvolvimento) reuniu-se com o exclusivo propósito de definir estratégias de mudanças visando maior dinâmica em iniciativas de desenvolvimento local. No referido encontro, foram apresentadas algumas conclusões sobre esse papel, entre as quais:

“...Permitindo aos pobres a requisição “do poder e do controlo sobre as suas próprias vidas e os recursos naturais e humanos que existem no seu meio ambiente; fortalecendo a sua capacidade de definir os objetivos de desenvolvimento, estabelecer estratégias para aquisição de autoconfiança e de poder sobre os seus próprios destinos; colocando “especial ênfase e atenção na utilização e desenvolvimento de esforços indígenas, mesmo que pequenos, que promovam a autoconfiança; desligando do processo de desenvolvimento “todas as ajudas ligadas às políticas internacionais dos estados doadores; reconhecendo que “as organizações não-governamentais trabalhando com os pobres e tendo uma evolução local, são importantes veículos de mudança no processo de desenvolvimento...”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Friedmann (1996, pp. 77-78). *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras. Celtas.

As ONGs são organizações que surgiram na Europa após a II Guerra Mundial num período especialmente crítico, em que as populações afetadas com a Grande Guerra necessitavam de ajuda humanitária imediata. Mais tarde, estas organizações foram incluindo nas suas intervenções outras regiões com níveis elevados de pobreza e carência variada.

A influência das ONGs nos projectos de intervenção e mobilização das comunidades locais resulta, muitas vezes, da proximidade que estas estabelecem junto das populações e das suas respectivas comunidades, adotando uma intervenção microeconómica, macrosocial e local e privilegiando o desenvolvimento pela base (Alves, 1996).

Comparando a concepção do desenvolvimento das ONGs e a visão dos doadores oficiais constata-se que diferem em termos de escala e estilo: as ONGs não se envolvem em grandes projectos de infraestruturas, transferências de capital, projectos agrícolas ou indústrias de larga dimensão. Pelo contrário, as ONGs privilegiam a prestação de serviços de *empowerment* directo junto das comunidades e grupos beneficiários, promovendo as populações a partir dos seus próprios recursos e competências.

## 1.2. Pergunta de partida

Tendo em conta a problemática, o papel das ONGs e das populações na dinâmica do desenvolvimento local em contexto da globalização, e tendo em conta que o processo de desenvolvimento local está associado à inteligência estratégica, é necessário à partida questionar o seguinte:

- **Poderão as ONGs ser factor de estratégias de mudanças no PNTC em contexto de globalização?**

Hoje em dia, as ONGs estão presentes e activas em diversas geografias, realizando mundialmente intervenções em diferentes sectores da vida das povoações, mormente nas comunidades com maior défice e atraso no processo de desenvolvimento. Por isso, é nos países do Sul (cujo índice de riqueza e gestão ainda evidencia importantes falhas estruturais) que a evidência empírica demonstra que as ONGs desempenham um papel mais determinante como agente activo do desenvolvimento local.



O PNTC, preocupação central deste estudo, usufrui dessa dinamização e promoção de iniciativas e estratégias socioeconómicas. Vejamos até que ponto é real e eficaz (ou não) essa relação.

### 1. 3. Hipótese

A hipótese de trabalho, essencial em qualquer arranque de investigação, surge como “uma solução possível mediante uma proposição, ou seja, uma expressão verbal suscetível de ser declarada falsa ou verdadeira”. Isto é, permite justificar como falsa ou verdadeira uma premissa com base num estudo científico (Gil, 2002, p. 31). Assim, dado que toda a investigação académica e científica deve iniciar com uma hipótese de trabalho na sua arquitetura intelectual, colocou-se a pergunta de partida e, como resposta à pergunta, formulámos a seguinte hipóte:

**H1: Sim, as ONGs poderão ser factor de estratégias de mudanças, se os projectos em que participam constituírem um factor estratégico de desenvolvimento local para capacitar e mobilizar pessoas e recursos, em parceria de internacionalização, por forma a gerar mais valor acrescentado relativamente às prioridades das comunidades e dos territórios em contexto de globalização.**

Em relação ao espaço de intervenção das ONGs, será possível identificar as principais variáveis suscetíveis de melhor alavancar o processo de especialização local e consequente valorização do ecossistema económico e social do PNTC (indicá-las-emos no capítulo 3).

As ONGs têm como principal papel promover agentes cuja actuação se enquadra num contexto de procura de alternativas face às problemáticas emergentes e aquelas que se irão identificar no capítulo dois.

### 1.4. Objectivos

Tendo em conta o anteriormente referido, e na necessidade de tornar claras as razões da realização do presente estudo, definem-se os seus objectivos e conclui-se que:

É especialmente relevante:

- **compreender se as ONGs poderão ser factor de estratégias de mudança nas comunidades locais em contexto de globalização.**

Particularmente:

- **no PNTC (Guiné-Bissau).**

### **1.5. Enquadramento teórico**

As doutrinas convencionais do desenvolvimento e do crescimento económico, continuam a centrar-se na tradição keynesiana, pela transferência de recursos económico-financeiros, dinamização do mercado, concentração da riqueza e centralização do poder político. Em contraste, as ONGs seguem uma metodologia de intervenção participativa, menos burocrática e com resultados a curto e médio prazo (Alves, 1996; Friedmann, 1996; Fukuyama, 2000).

Do ponto de vista teórico, a presente dissertação tomou por base a perspectiva do desenvolvimento social, de base comunitária, como alternativa de mudança dos territórios e das comunidades com défice e atraso em termos do desenvolvimento, como é o caso do PNTC.

A perspectiva comunitária defende o envolvimento directo das ONGs, das populações e das comunidades locais, considerando que o Estado não deve ser o principal actor de desenvolvimento porque, em muitas situações, cria burocracias e não se toma em conta os verdadeiros problemas das pessoas.

Com o desenvolvimento de base comunitária, as pessoas e as comunidades locais são capazes de se organizarem a si próprias, criando possibilidades para o seu desenvolvimento, cooperando e tendo em consideração o maior grau de atenção e de partilha entre os membros duma comunidade.

Os programas de desenvolvimento, quando são criados e geridos pelas próprias populações a nível local, conseguem obter maiores resultados porque as pessoas se envolvem activamente, desenvolvendo-se assim um trabalho conjunto de forma mais harmoniosa tendo em consideração a realidade da comunidade.

Tal fenómeno reitera o papel das ONGs na sua aliança com as populações como sendo de extrema importância, e ao implicar, para desenvolvimento local, actores e recursos heterogéneos: é que as ONGs fornecem uma base organizacional mais concreta, com alto grau de

participação dos cidadãos, atribuindo autoridade política às populações (Menezes, 2001)<sup>2</sup>.

As ideologias liberais, apesar de algumas melhorias na vida das populações, demonstraram que o desenvolvimento económico dos países mais desenvolvidos não foi acompanhado com o devido e paralelo progresso social. Ao indivíduo deve ser-lhe dada maior importância porque possui direitos individuais, tendo liberdade, racionalidade e habilidades para agir no mercado.

Segundo essas ideologias, o bem-estar da sociedade é concretizável precisamente através duma melhoria a nível individual. Como existem indivíduos com falta de confiança e oprimidos com problemas pessoais, devem ser utilizadas medidas apropriadas para que aumentem as suas capacidades para se relacionarem com os outros no mercado, determinando assim o seu futuro e o seu bem-estar (Menezes, 2001).

A participação individual global torna-se efectiva se houver uma economia dinâmica que permita as pessoas funcionarem como actores económicos racionais: as pessoas só podem responder aos seus problemas e necessidades se houver empregos e políticas de investimento.

A ideologia socialista (ou vulgarmente, comunista) defende que o Estado deve ter o papel central: os programas e projectos de desenvolvimento devem ser definidos a nível do poder central, desenvolvendo o Estado um papel muito importante na sua implementação efectiva, visto que deve encarar o interesse da sociedade como um todo. O Estado deve ter autoridade e recursos, o que lhe facilita essa implementação das políticas de desenvolvimento social e a interligação entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social.

Segundo Antunes (2015), são múltiplas as explicações e até mesmo contraditórias relativamente às teorias de desenvolvimento. Por exemplo: as que seguem as «perspectivas deterministas» consideram que o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento se encontrariam justificados em razão directa do seu carácter natural ou cultural. Neste sentido, os factores naturais como os solos tropicais, a humidade ou a seca constituiriam factores explicativos para aqueles que veem nas condições naturais o principal factor do subdesenvolvimento, como é o caso do geógrafo alemão Higgis (1959)<sup>3</sup>.

Por outro lado, as explicações culturais relativas ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento das populações assentam na superioridade das suas culturas, raças ou religiões, como – a exemplo para Max Weber- o protestantismo. Segundo este sociólogo, a religião protestante (e a ética ou prática social que ela gera) estaria na base do desenvolvimento do capitalismo.

---

<sup>2</sup> Citando Midgley

<sup>3</sup> Citado por Antunes (2015). *A dinâmica da população no desenvolvimento de Moçambique*.

Também existem grandes correntes de pensamentos e de estratégias de crescimento, sob títulos como «etapas de crescimento económico»<sup>4</sup>, ou ainda as análises dualistas, as perspectivas sectoriais; o círculo vicioso do subdesenvolvimento; o crescimento equilibrado e desequilibrado; os polos de crescimento; o estruturalismo vs o monetarismo; a teoria da dependência e a ortodoxia marxista<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Rostow (1978) foi uns dois primeiros teóricos do desenvolvimento económico do pós -guerra.

<sup>5</sup> Antunes (2015, pp. 39-131)

## CAPÍTULO 2- DESENVOLVIMENTO LOCAL

### 2.1. Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento tem sido altamente «verbalizado» nas políticas públicas, bem como nas iniciativas que envolvem as ONGs e o seu trabalho com as populações. O desenvolvimento é encarado nas mais diversas perspectivas de análise e de intervenções, ou seja, quer em terreno de crescimento económico, quer em situação de desenvolvimento social, auto-sustentado, etc.

Concernente ao desenvolvimento económico, segundo a teoria de Rostow (1978), existem cinco estádios através dos quais as sociedades, na sua dinâmica e transformação económica, fazem caminho: inicia-se na sociedade tradicional, depois nas pré-condições para o arranque, o arranque, a marcha para a maturidade, terminando na era do consumo em massa.

O caso do PNTC apresenta características comparáveis a uma sociedade tradicional, sublinhando ainda o seu atraso em termos de desenvolvimento, do ponto de vista económico, social, tecnológico, etc.

“O conceito de sociedade tradicional, todavia, não é de forma alguma estático, nem exclui aumentos do volume de produção... o fato central, contudo no que toca à sociedade tradicional, era que existia um teto no nível alcançável do volume da produção *per capita*. Esse teto se originava do fato de as potencialidades inerentes à ciência e às tecnologias modernas estarem ainda disponíveis ou não estarem regular e sistematicamente aplicadas.”  
(Rostow, 1978, p. 11-12)

O uso e intervenção da inteligência estratégica na dinâmica do desenvolvimento local cobra interesse em muitos e diversos actores de desenvolvimento, pela promoção da mudança e no fomento da inovação, quer nas empresas, quer nas iniciativas que envolvem as ONGs e as comunidades locais, quer no desenvolvimento nacional ou global.

As ONGs, enquanto actores pró-activos, podem afirmar-se como factores do desenvolvimento dos territórios com atrasos no processo de transformação social e económico, apoiando as comunidades territoriais através dos seus recursos, tanto intangíveis

(conhecimentos tradicionais, ofícios, experiências, etc.) como tangíveis (recursos materiais, instrumentos, etc.).

Existe uma considerável diversidade de explicações do conceito do subdesenvolvimento e do desenvolvimento dos territórios e das suas economias. Elas referem-se a diversas correntes de pensamentos: as perspectivas deterministas, as etapas do crescimento económico»<sup>6</sup>, as análises dualistas, as perspectivas sectoriais, o círculo vicioso do subdesenvolvimento», o crescimento equilibrado e desequilibrado», os polos de crescimento», o estruturalismo *versus* o monetarismo» as teorias de dependências, a ortodoxia marxista etc.<sup>7</sup>.

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reformulou o conceito (desenvolvimento) e espalhou, paulatina e fortemente, a sua visão, tendo em conta a necessidade de compreender as problemáticas socio-económicas, sobretudo daqueles países em vias de desenvolvimento e, ainda, criando indicadores que permitissem avaliar os Índices do Desenvolvimento Humano (IDH<sup>8</sup>) de todos os restantes.

Em 2000, na Cimeira «Objectivos de Desenvolvimento do Milénio» (ODM), onde líderes mundiais se comprometeram com o desenvolvimento dos seus países através de um conjunto de objectivos fixados para o horizonte temporal 2000/2015, foram delineados os seguintes campos de ação:

- 1) Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- 2) Alcançar o ensino primário universal;
- 3) Promover a igualdade de género e a emancipação da mulher;
- 4) Reduzir a mortalidade de crianças;
- 5) Melhorar a saúde materna;
- 6) Combater o VIH/sida, a malária e outras doenças;

Nenhum destes objectivos foi praticamente atingido na Guiné-Bissau, dada a fragilidade das instituições sociais e económicas do país, dada a sua instabilidade política e, consequentemente, a falta duma estratégia nacional coordenada para atingir e promover o desenvolvimento social e económico considerado internacionalmente.

---

<sup>6</sup> Rostow (1978), *Etapas de desenvolvimento económico*

<sup>7</sup> Antunes (2015) *A dinâmica da população no desenvolvimento de Moçambique*. Aí se apresenta o desenvolvimento das teorias descritas (p. 43).

<sup>8</sup> Através dos trabalhos dos economistas Mahbub Ul Haq, paquistanês e o indiano Amartya Sen, como medida alternativa de desenvolvimento, uma vez que a medida que se baseava no PIB se demonstrava insuficiente.

O desenvolvimento económico permite medir a renda total e sua distribuição *per capita*; contudo, não toma em consideração muitas das variáveis socioculturais, como afirmou Robert Kennedy num dos seus discursos na campanha às presidenciais norte-americanas de 1968:

“[O produto interno bruto] não leva em conta a saúde de nossas crianças, a qualidade de sua educação ou alegria de suas brincadeiras, não inclui a beleza de nossa poesia ou a força de nossos casamentos, a inteligência do nosso debate público ou integridade de nossos funcionários públicos. Não mede nem nossa coragem, nem nossa sabedoria, nem nosso amor ao nosso país. Em resumo mede tudo, excepto aquilo que faz a vida valer a pena ser vivida, e pode nos dizer tudo a respeito da América excepto a razão pela qual nos orgulhamos de ser americanos.”<sup>99</sup>

## 2. 2. Desenvolvimento local

O termo «desenvolvimento local» tem sido empregue nas políticas públicas a diferentes níveis: a nível internacional, sub-regional e nacional. O uso alargado desse conceito tem sido partilhado não apenas pelos países onde emergiu, nomeadamente nos EUA e na Europa, mas também nos países em vias de desenvolvimento.

É um conceito que está associado a uma lógica organizacional e racional em que os actores locais procuram estratégias para combater um conjunto de problemas que afectam os seus territórios. Tem a sua origem nas estratégias de instituições internacionais, principalmente no Banco Mundial, como forma de criar uma maior dinâmica socio-económica nos países em vias de desenvolvimento. Nesta perspectiva, é encarado como alternativa à abordagem tradicionalista do desenvolvimento do «topo para baixo».

O uso generalizado do conceito está associado à sua diversificada aplicação a um conjunto de problemática em áreas rurais, regiões não industrializadas, periferia urbana e metropolitana. É inclusive integrado em políticas de planeamento territorial, políticas sociais, políticas económicas e nas políticas de educação e formação.

Na Europa, o uso do conceito resulta dos seguintes factores: promoção de uma abor-

---

<sup>9</sup> Mankiw (2001, p 505). *Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia* (2ª ed). Rio de Janeiro: Editora Campus

dagem do desenvolvimento local através dos Fundos Estruturais e promoção de um conjunto de programas-pilotos, Iniciativas Comunitárias - Pactos Territoriais, Programas LEADER e LEADER+, Projectos-Piloto Urbanos, URBAN I e URBAN II, e ainda no debate sobre eficácia de algumas políticas sectoriais tradicionalmente definidas a nível nacional.

Neste contexto, o foco nas abordagens locais e territoriais tem origem no reconhecimento de que a problemática do desenvolvimento está directamente relacionada com o seu carácter de base territorial, necessitando definir estratégias e programas a um nível mais local integrando ações sectoriais no âmbito duma perspectiva territorial alargada, aliado a uma visão de «inteligência estratégica».

Em comunidades com atraso em termos do desenvolvimento socio-económico, as ONG em parceria com as populações e demais intervenientes podem promover polos de competitividade territorial, marketing territorial e inteligência estratégica como alternativas para mudança local e de afirmação na cadeia global de valores.

Como mobilizador de mudança, a inteligência estratégica é uma alternativa do desenvolvimento que permite valorizar os recursos endógenos, exógenos, as capacidades e as pessoas no seu território ou comunidade local. O pensamento estratégico resulta duma subtil mistura entre análise, intuição e criatividade dos actores no processo de mudança local (Cardeal, 2014).

A promoção do desenvolvimento local é fundamental na medida em que:

“O território coincide com o espaço de vida e a maior parte das pessoas procura exercer um certo grau de controlo autónomo sobre estes espaços. A territorialidade existe a todas as escalas, da maior à menor, e somos simultaneamente cidadãos de várias comunidades territoriais a escalas diferentes: as nossas lealdades estão sempre divididas. A territorialidade é uma das mais importantes fontes das ligações humanas: cria uma comunidade, ligando presente ao passado como um fundo de memórias comuns (história) e ao futuro como um destino comum. A territorialidade alimenta uma ética de cuidados e preocupações pelos concidadãos e pelo ambiente que partilhamos como eles.”<sup>10</sup>

Seria redutor se as dinâmicas de desenvolvimento local fossem fechadas aos espaços

---

<sup>10</sup> Friedmann (1996, pp. 143-144)



territoriais sem possibilidade de se abrir às outras experiências e recursos. Portanto, num modelo de dinâmica fechada, o processo de mudança resulta exclusivamente dentro das fronteiras duma organização, empresa ou território, encontrando a base de Investigação & Desenvolvimento no seu interior. Pelo contrário, no modelo aberto, as estratégias de mudança não têm fronteiras delimitadas.

O desenvolvimento local consiste no processo de transformação local que envolve as ONGs e populações para capacitar e mobilizar recursos endógenos e exógenos em parceria de internacionalização das suas potencialidades para gerar mais valores acrescentados às prioridades das comunidades em contexto da globalização.

### **Desenvolvimento sustentável**

Tal como os demais conceitos das Ciências Sociais e Humanas, a noção de sustentável (bem como o seu antónimo e derivados) transformaram-se em palavras de uso corrente na medida em que vão alargando o seu domínio de aplicação.

É um conceito intimamente ligado ao de desenvolvimento local e que suscita interesse nas práticas políticas, económicas, ecológicas e nas estratégias de desenvolvimento territorial. Apesar do «marketing lexical» pelo qual é associado, com incidência no ecológico-ambiental e com os movimentos ecológicos de pressões, partidos políticos que se identifiquem com o meio ambiente, autodenominando-se «partidos verdes». Enquanto paradigma ambiental é reforçado, profundamente, pelos desafios de novos desenvolvimentos, tal como na concessão de novas políticas capazes de atenuar os ritmos de crescimento económico<sup>11</sup> que ponham em causa outras dimensões de desenvolvimento, fundamentalmente: os recursos não renováveis.

A dimensão de desenvolvimento sustentável está sendo reforçada na sua prática e teoria com o surgimento de movimentos sociais e conceitos e iniciativas associadas ao termo. A exemplo da Economia Verde<sup>12</sup>, economia solidária, *Limites sociais de crescimento* (Hirsch, 1979); *Economia e evolução: o regresso a vida à teoria económica* (Hodgson, 1997).

O encontro de compromisso para redução da emissão dos gases com efeito de estufa, «Protocolo de Quioto» realizado no Japão em 1997. Na medida em que os dados científicos e

---

<sup>11</sup> Clube de Roma tinha como preocupação o impacto que o crescimento económico relativamente ao meio ambiente

<sup>12</sup> Um conceito que surgiu na *Green economy initiative* promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 2008. Visa reconciliar o crescimento económico com o desenvolvimento sustentável.

pragmáticos apontavam para eventuais aquecimentos Global e antropogénico. Levou com que algumas instituições internacionais, nomeadamente «Clube de Roma» a promover encontros internacionais sobre o Homem, Desenvolvimento e Meio Ambiente, a fim de alertar as pessoas da necessidade de se juntar a essa causa «glocal».

O Protocolo de Quioto foi a consequência de uma série de eventos iniciados com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá, em Outubro de 1988. Seguiu-se o *IPCC's First Assessment Report* em Sundsvall, Suécia em Agosto de 1990 e culminou com a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática* (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (Junho de 1992). Também reforça seções da CQNUMC.

A teoria de desenvolvimento sustentável está na agenda global, depois dos efeitos provocados pela IIª Guerra Mundial. Preocupando em conciliar os processos de desenvolvimento com a conservação/preservação do meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável teve maior impacto através do relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento 1987, Relatório Brutland, intitulado: *O Nosso Futuro Comum*.

Muito embora a humanidade já vinha sentindo necessidade de promover qualquer dinâmica que não se limite a uma determinada geração ou século, mas sim para que todos os seres humanos possam desfrutar dos recursos existentes.

O desenvolvimento sustentável não é reservado só às preocupações ambientais como algumas correntes ideológicas tendem a fazer passar. Associando a (in) sustentabilidade à ideia de proteção ambiental. O Desenvolvimento Sustentável de longe seria sustentado se fosse reduzido ao tema ecológico (Rodrigues, 2009).

### 2.3. As ONGs

As Organizações Não Governamentais (ONGs) surgem na necessidade sentida pela sociedade civil em resolver dificuldades e enfrentar desafios relacionados com a promoção da qualidade de vida das populações. Neste sentido, as ONGs, cujo surgimento remonta aos finais da IIª Guerra Mundial que devastou por completo a Europa, vêm sendo criadas no seio da sociedade civil com propósito de promover, organizar e implementar iniciativas orientadas para resolução de diversos problemas e satisfação de várias necessidades das populações, especialmente aquelas que se encontram em situação de carência. Assim, as ONGs assumem o

papel de actores proactivos de transformação social.

Nos anos 50 a 60, as Organizações Não Governamentais foram alargando os seus domínios de intervenção, especialmente para áreas consideradas carenciadas no âmbito da promoção da qualidade de vida das populações locais, especialmente as de natureza rural. Desde então, as ONGs vêm estabelecendo e desenvolvendo relacionamentos com as comunidades locais nos países em que os processos de desenvolvimento estavam sendo morosos, nomeadamente, nos países sul-americanos e africanos (Friedmann, 1996; Alves, 1996).

No âmbito de desenvolvimento social/local as ONGs têm adquirido larga experiência por terem vindo a trabalhar com milhares de comunidades pelo mundo, libertando-as das privações, abandono, pobreza, fome e para que elas mesmas sejam capazes de se envolver colhendo o resultado da sua participação na vida em comunidade.

Actualmente, o conceito de inteligência estratégica tem vindo a ser cada vez mais utilizado na dinâmica que as ONGs têm imprimidos nas comunidade e territórios locais. Permitindo compreender as emergências nas tendências locais e globais, as abordagens com base na inteligência estratégica assumem-se como forma de pensar no futuro integrado no processo decisório com base nos procedimentos formalizados e articuladores de resultados concretos.

Etimologicamente, o conceito de estratégia tem a sua origem no grego antigo, significando «a arte de liderar uma tropa; comandar», e designava o comandante militar, à época de democracia ateniense. O idioma grego apresenta diversas variações, como *strategicós*, ou próprio do general chefe; *stratégema*, ou estratagema, ardil de guerra; *stratiá*, ou expedição militar; *stráutema*, ou exército em campanha; *stratégion*, ou tenda do general, dentre outras definições do termo.

Nas iniciativas de mudança, a inteligência estratégica permite às ONGs e populações criar alternativas para futuro numa territorialidade no qual desempenham papel de agentes de desenvolvimento.

*Competitive Intelligence* (inteligência estratégica) é uma das práticas emergentes mais procuradas neste momento em vários tipos de organizações, desde as ONGs, as multinacionais e empresas de grande, média e pequena dimensão, até organizações públicas e privadas, nas economias mais desenvolvidas que, tal como nos países em vias de desenvolvimento, permite conhecer as tendências e principalmente prever as emergências. A inteligência estratégica traduz uma prática e um conjunto de processos através dos quais é

recolhida e analisada informação sobre questões e problemas de natureza política, social, cultural, científico e tecnológico, económico, ambiental que afectam a vida das organizações, comunidades ou territórios. A sua crescente popularidade advém justamente do facto de ser uma ferramenta que consegue antecipar eventos com impacto estratégico nas organizações, comunidades e territórios. Desta feita, é um instrumento de apoio à liderança e participação que permite tomar decisões mais preparadas, em contextos de elevada complexidade e mudança como aqueles que marcam hoje a dinâmica das ONGs e das populações em contexto de globalização (Santos, 2015).

A inteligência estratégica é uma alternativa para promover dinâmica empresarial, económica e política no contexto de crescente internacionalização e de afirmação das empresas e de organizações de desenvolvimento local. O pensamento estratégico é criativo permite imaginar múltiplas possibilidades criando alternativas às abordagens convencionais (Cardeal, 2014).

Como exemplo a União Europeia na sua visão Europa 2020 tem vindo a promover alternativas de Inovação & Desenvolvimento face às potencialidades de cada estado-membro. A prioridade principal da UE passa pela promoção de um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento inteligente através dos seguintes domínios:

1. Educação: ou seja, permitir às pessoas a aprender mais e melhor e aperfeiçoando cada vez suas competências;
2. Investigação & Inovação: ou seja, criar novos produtos e serviços combatendo desemprego e desigualdades sociais, a pobreza e desperdício de mão-de-obra qualificada;
3. Criação de uma sociedade digital/de informação para dinamizar atividades económica-empresariais tal como governação eletrónica.

A inteligência estratégica é uma alternativa para as comunidades locais poderem ser proactivas e capazes de gerenciar o processo de mudança promovendo valores acrescentados em termos da promoção do desenvolvimento social, turístico, económico e empresarial. O modelo «Triple Hélix», considerado também uma estratégia de desenvolvimento alternativo, propõe que a mudança é baseada na economia do conhecimento e numa estreita cooperação entre a Governança Pública, Academias e Indústrias.

Estes modelos têm vindo a ser promovidos e implementados com apoio de organizações internacionais como a OCDE, a Comissão Europeia e demais organizações de desenvolvimento em vários territórios e comunidades locais da Europa ocidental, América

## 2.4. Globalização

Cientistas sociais<sup>13</sup> de renome têm vindo a propor debates sobre as questões das profundas transformações que marcam a era moderna. Sua origem, sua relação com a política, com economia, com a cultura, a ciência, antropologia, tecnologia, direitos humanos, migrações, ecologia, desenvolvimento etc. E hoje parece evidente a dicotomia entre o conceito da globalização com as práticas do processo do desenvolvimento local. Segundo Bauman (1999, p. 8), “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do facto de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada”, o local torna-se um espaço alargado para além das suas fronteiras.

Verifica-se existir diferentes abordagens, tanto no conteúdo como na forma, que decorrem de diferentes questões como sejam as forças e fraquezas dos governos, da reorganização dos movimentos sociais e da sociedade civil, do surgimento de novos actores com características diferenciadoras em termos de padrões culturais e económicos e interesses que provocam transformações modernas.

Held<sup>14</sup> (1999), apresentou três escolas ideológicas relacionadas com o fenómeno da globalização que designou por os cépticos, os hiperglobalizadores e os transformacionalistas.

**Quadro 1 As três tendências ideológicas relacionadas com a globalização**

Estamos Perante?	Hiperglobalizadores Uma era global	Cépticos Blocos de comércio, formas de geogovernança mais fraco do que antes	Transformacionistas Níveis historicamente sem precedente de interligação global
<b>Características</b>	Capitalismo global, governança global, sociedade civil global	Mundo menos interdependente	Globalização espessa e extensiva
<b>Poder dos governos</b>	Em decadência e /ou erosão	Reforçado e aumentado	Reconstruído e reestruturado
<b>Forças motrizes da globalização</b>	Capitalismo e novas tecnologias	Governos e mercados	Combinação dos efeitos da modernidade
<b>Padrão de estratificação</b>	Erosão das antigas hierarquias	Marginalização elevada dos países sulistas	Nova imagem na ordem global

<sup>13</sup> Anthony Giddens (1995) escreveu: *As consequências da modernidade; O mundo na era da globalização* (1999); Zygmunt Bauman (1998) *Globalização: as consequências humanas*; Michel Chossudovsky (1999) *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*; Fukuyama (2000) *A grande ruptura*; Boaventura de Sousa Santos (2001) *Globalização: fatalidade ou utopia*; Elenaldo Teixeira (2001) *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*; Joseph Stiglitz (2002) *Globalização: a grande desilusão*; Arjun Appadurai (2004) *Dimensões culturais da globalização*; Jonh Friedman (2007), *O mundo é plano* e a recente obra de Francis Fukuyama (2015) *Ordem política e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia* e entre os outros autores.

<sup>14</sup> Citado por Giddens (2004, p. 58-60) *Sociologia*.

<b>Interesses dominantes</b>	McDonald's Madonna etc.	Interesse nacional	Transformação da comunidade política
<b>Conceptualização</b>	Reordenamento do enquadramento da ação humana	Como internacionalização e regionalização	Como reordenamento das relações inter-regionais e como ação à distância
<b>Trajectoria Histórica</b>	Civilização global	Blocos regionais e confronto de civilização	Indeterminada integração e fragmentação global
<b>Argumento principal</b>	O fim do estado-nação	A internacionalização depende da concordância e do apoio do governo	A globalização está a transformar a poder dos governos e política mundial

Fonte: Giddens, A. (2004). *Sociologia*.

A globalização é um fenómeno de complexidade de processos transformacionais que funciona em rede. Como se pode constatar, tudo está a mudar à nossa volta: as instituições, o meio ambiente, as relações humanas, institucionais e económicas na medida em que a globalização não deve ser vista como um incidente passageiro nas nossas vidas, mas como uma mudança das próprias circunstâncias em que vivemos. Contudo, para muitos, a globalização é um fenómeno americanizado no seu conceito e prática (Giddens, 2000; Friedman, 2009).

A interações que eram sentidas apenas dentro das «*gemeinschaft*»<sup>15</sup> com novas formas de produção, de transferência de conhecimentos e do capital financeiro, relação trabalho/capital e deslocalização das empresas e das instituições abriram novos espaços de relação à escala global através da intensificação das relações de natureza cultural, económica, política, ambiental e humana e da eliminação ou minimização de barreiras sociais, territoriais, tecnológicas, políticas e económicas.

Quadro 2 - Complexidade de processos de globalização

Práticas	Instituições	Formas de poder	Tipo de Direito	Conflito estrutural	Hierarquias
Inter-Estatais	Estados; Organizações Internacionais; Instituições Financeiras Multilaterais; Blocos Regionais etc.	Trocas desiguais de prerrogativas de soberania.	Direito Internacional; Tratados Internacionais, Direito da integração regional	Lutas entre estados no posicionamento no sistema mundial (promoção, autonomia e dependência).	Centro, periferia e semiperiferia
Capitalistas globais	Empresas Multinacionais.	Trocas desiguais de produtos, bens	Direito de trabalho; Direito	Luta pela apropriação dos produtos	Global, local

<sup>15</sup> Ferdinand Tönnies (1887), na sua obra *Comunidade e sociedade* desenvolveu interessantemente estes dois conceitos, na medida em que as sociedades se mantêm entre elas relações adversas, resultante da interação. Podendo manifestar-se de duas formas distintas: quer activa como passiva. “A própria relação e bem assim a ligação, compreendem-se ou como vida real e orgânica – é essa essência da comunidade – ou como construção ideal e mecânica – é este o conceito de sociedade.” (Cruz, 1989, p. 511)

		e serviços	económico internacional, Direito de propriedade	mercantis; Marketing desenfreada no mercado.	
Sociais e culturais transnacionais	Organizações; Organizações Não-governamentais; Novos movimentos sociais; Redes; Fluxos;	Trocas desiguais de identidades culturais.	Direitos humanos; Direito de nacionalidade residência; Direito de migração; etc.	Lutas de grupos sociais pelo reconhecimento da diferença; (inclusão, exclusão, autonomia).	Global, local

**Fonte:** Adaptado, Santos, B. S. (2001). *Globalização fatalidade ou utopia?*

Neste sentido, a globalização ou mundialização<sup>16</sup> pode ser vista como um processo de complexidade quer nas relações institucionais, socio-económicas, quer na relação de cooperação para o desenvolvimento territorial. Daqui a importância dos actores, em particular das ONGs, na promoção de dinâmicas e estratégias de desenvolvimento, sobretudo nas comunidades locais com atraso em termos de desenvolvimento socio-económico para acompanhar as transformações que decorram não apenas de iniciativas da comunidade local como também das transformações globais. De facto, como disse Indrajit Banejee<sup>17</sup> (2005) “não é o global que chega cá e nos envolve. É o local que se torna global”.

## 2.5. Participação da população

“É politicamente pobre o cidadão que se entrega ao estado e dele aguarda defesa, de modo acomodado, encolhendo-se perante o poder económico que o agride, e que não se organiza para cuidar da sua defesa de maneira democrática e competente” Guerra (2006, p. 96). Tomando em consideração as contínuas transformações e a imperiosa necessidade de dar maior legitimidade à governança<sup>18</sup>, envolver os cidadãos é, efectivamente, uma prática boa para gestão dos assuntos que lhes dizem respeito. Neste sentido, a participação de todos os actores sobretudo na dimensão local/comunitária é essencial em termos de luta quotidiana, de historicidade, de interconexão/desconexão<sup>19</sup>, de afirmação, e sobretudo, para a busca de novas identidades e/ou rupturas<sup>20</sup>. À medida que se vai registando desconfiança nas instituições

<sup>16</sup> Conceito francófono. Muito embora não faltam autores que acham que a globalização e mundialização não têm o mesmo significado.

<sup>17</sup> Citado por Friedman (2007, pp. 465-466).

<sup>18</sup> É compreendido numa visão em que os recursos, espaço de participação, estratégias, e informações devem ser partilhadas por todos os actores presentes sem centralidade e/ou burocracia.

<sup>19</sup> Bauman (2006). *Amor líquido: sobre fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio d'Água

<sup>20</sup> Fukuyama (2000). *A grande ruptura*. Lisboa: Quetzal Editores

burocráticas, regista-se, de igual modo, um nível elevado da participação da sociedade civil através da formação e dinamização de uma maior ou menor variedade de grupos sociais em função da natureza dos objectos pretendidos e dos desafios a enfrentar, numa dinâmica tão complexa que envolve, por vezes, actores complexos.

Embora, no seu ensaio sobre *Envolvimento e distanciamento*, Norbert Elias (1997, p. 19) refere que as pessoas demonstram ter, cada vez mais, níveis elevados de distanciamento emocional e material nos acontecimentos ou fenómenos humano-sociais contrariamente ao seu posicionamento relativamente aos “acontecimentos naturais não humanos”.

As ONGs encontram-se numa posição relativamente complexa visto que são obrigadas a potenciar as suas estratégias para poder adaptá-las às circunstâncias locais: luta pelo protagonismo por parte de alguns actores, pouca abertura cultural, tabu, faltas de meios que permitam transmissão de informações credíveis.

A falta de capacidade negocial entre actores-agentes de desenvolvimento nas estratégias de intervenção, pode resultar no fracasso de qualquer iniciativa de mudança. Na medida em que cada um tem os seus problemas, a sua visão do mundo, seus projectos. Cada actor de desenvolvimento (ONGs, Comunidades Locais, Instituições Estatais e Internacionais etc.) se identifique com um certo modelo tendo em conta os valores em que apoia, as suas experiências e quadros de referências.

Quadro 3 Esquemas de interação de bales

Principais Categorias	Sub-categorias	Comportamentos ilustrativos
<b>Reações positivas</b>	Demonstração de solidariedade; Demonstração de alívio/tensão; Demonstração de acordo;	Faz-se piadas, auxilia, ajuda os outros; Ri, demonstra satisfação, sente-se aliviado; Aceita passivamente, compreende, concorre e cumpre
<b>Respostas</b>	Faz-se sugestões; Emite-se opiniões; Dá-se informações;	Dirige, sugere, conduz os outros à autonomia; Avalia, analisa, expressa sentimentos ou desejo;
<b>Questões</b>	Pede-se informações Solicita-se opiniões Faz-se sugestões	Orienta, repete, esclarece, confronta; Solicita orientações, repetição, confirmação; Solicita avaliação, análise, expressão de sentimentos ou desejo; Solicita, ações passivas;
<b>Reações negativas</b>	Demonstra-se desacordo; Demonstra-se tensões Demonstra-se antagonismo	Rejeita passivamente, recorre à formalidade, não dá auxílio; Solicita auxílio, encolhe-se, devaneia; Deprecia o <i>status</i> dos outros, defende-se e impõe-se. É hostil;

Fonte: Minicucci, A. (1997) *Dinâmica de grupo: Teorias e sistemas* P.67



A participação do ponto de vista político é um embrenhado de conteúdo ideológico com utilização diversificada legitimando a dominação do estado e do mercado face às organizações de massas, mediante estratégias de manipulação negando-lhes (aos cidadãos) seus direitos. Tinha mais sentido decisional, restringida ao processo eleitoral, mesmo assim, era reservada às pessoas que detinham património, propriedade e riqueza. A sua origem remonta “à *pólis* grega”.

Falta de participação das pessoas, às vezes, resultam-se das complexidades culturais; instabilidade das instituições políticas e sociais, o nível de organização das organizações da sociedade civil, a elevada taxa de analfabetismo/iliteracia, dispersão das pessoas face às suas respectivas comunidades.

Quando se fala da participação democrática nas literaturas sociológicas, evidentemente, não é a mesma coisa que aconteça nos outros domínios. Onde a democracia participativa é reclamada tendo em conta a um conjunto de direitos que assistam às pessoas: o voto, a liberdade de expressão e os direitos civis.

A democracia participativa “é aqui compreendida como assentada em poderes legítimos de uma cidadania reconhecida ou de uma pertença responsável a uma comunidade politicamente constituída” que fortaleça o sentido do viver em comunidade (Friedmann, 1996, p. 79).

O realismo político e organizacional ao negar a legitimidade participativa do cidadão comum, esqueça, entretanto, os pressupostos fundamentais da democracia. I. e., a auto-determinação, a participação e a liberdade<sup>21</sup>.

Para Teixeira (2011), a participação é um instrumento de controlo social, de *accountability*, da prestação de contas. Conforme os parâmetros estabelecidos socialmente, da responsabilização dos actores pelas suas práticas. Mediante instrumentos legais e padrões éticos vigentes implícita e/ou explicitamente.

Segundo este actor, há quatro dimensões de participação:

- Participação como processo de tomada de decisão: hoje, a tomada de decisões tende a ser um processo menos formal tentando procurar consensos com base no envolvimento das pessoas e não nos mecanismos meramente burocráticos.

---

<sup>21</sup> A liberdade das pessoas é muito importante no processo de desenvolvimento, por dois motivos: 1º “*Avaliação*: a apreciação do progresso tem de ser primariamente feita em temo do alargamento das liberdades das pessoas; 2º *Eficácia*: a efetividade de desenvolvimento está rigorosamente dependente da ação livre das pessoas (Sen, 2003, p. 20).

- Participação como dimensão educativa: participar demonstra um certo nível cultural das pessoas, responsabilidade pessoal e o grau de consciência colectiva.
- Participação como forma de controlo societário: é inocente as comunidades que não saibam que a sua historicidade depende fortemente do controlo que façam de si e dos seus recursos, das suas ações e valores.
- Participação como forma de expressão-simbólica: muitas são pessoas, instituições que se participam numa acção ou iniciativas visando fundamentalmente o reconhecimento simbólico. Os trabalhos voluntários etc.

Já lá vão os tempos em que a acção colectiva e a participação se faziam sentido apenas no contexto revolucionário e reivindicativos, na relação entre o assalariado-patrão.

Nos séculos XVI a XVIII, através de manifestações, marchas, greves, boicotes. “A acção colectiva... (é) identificado como participação, partenariado, acção organizacional, movimento social, acção estratégica, etc. É possível dar-lhe uma definição mínima: acção colectiva é uma acção comum tendo como objectivo atingir fins partilhados” (Guerra, 2006, p.57).

As complexas formas organizativas tanto em sociedades tradicionais, sobretudo nas sociedades industriais e/ou sociedade de «informação»<sup>22</sup>. A mutabilidade dos interesses, a multiculturalidade ligada à descentralização de poderes do Estado até a perda do poder por este em relação ao mercado<sup>23</sup>.

Contrariamente a autoritarismo, centralismo e burocratismo. A nova problemática da governança emerge assim de uma dupla vontade: questionar a inépcia das políticas tradicionais e aproximar os mecanismos de gestão da rapidez e da flexibilidade exigível pelo processo de mudança.

Para se instalar tanto na administração pública e privadas como na transformação social “uma transformação de si próprios enquanto indivíduos humanos, uma transformação de si próprio enquanto sociedades humanas e uma transformação no quadro da sua relação com a natureza não-humana”<sup>24</sup> (Elias, 1997, p. 26).

Burns & Flam (2000), a convivência entre as pessoas e instituições está sendo

---

<sup>22</sup> Ver Coelho, J. D. (org) et. Al, (2007). *Sociedade da informação: o percurso português* (1ª ed). Lisboa: Edições. Fukuyama (2000), é a fase em que se encontram os Estados -Unidos de América, Japão e alguns países europeus Alemanha, Inglaterra, França etc. considerando esses países depois de passagem das sociedades de caçadores -recolectores, sociedades agrícolas e industriais, encontram-se na fase da «sociedade de informação» ou pós -industriais, visto que a agricultura e indústria já não são visto como base principal de desenvolvimento e de prosperidade. O trabalhador típico da «sociedade de informação» encontra -se num ambiente de trabalho mais *soft*. Por exemplo: num banco, num escritório, num restaurante expostos aos instrumentos tecnológicos. O economista Fritz Machlup foi um dos primeiros a desenvolver o conceito de «Sociedade de Informação» em 1933. Na sua obra *The production and distribution of knowledge in the United states* : [pt.wikipedia.org/wiki/sociedade\\_da\\_informação](http://pt.wikipedia.org/wiki/sociedade_da_informação).

<sup>23</sup> Nos países ocidentais o poder político tender a perder de influências nas decisões face aos mercados.

<sup>24</sup> Nos países ocidentais o poder político tender a perder de influências nas decisões face aos mercados.

Quadro 3). Da forma que os actores são obrigados a procurar mecanismo não só de aplicabilidades das regras, mas sim o acionamento que facilite a interpretação da mesma.

**Quadro 4 Formas institucionais das organizações modernas**

	<b>Ordens reguladoras</b>			<b>Ordens administrativas</b>		
	Sistemas Democráticos	Mercados	Sistemas de negociação etc.	Empresas privadas	Burocracia pública	Justiça
<b>Quem?</b>	Cidadão/membros; Representantes;	Compradores; Vendedores	Negociador Representante	Donos/gestores; empregados	Chefes administrativos; funcionários	Juízes; procurador; advogados
<b>Princípios e exclusão/participação</b>	Cidadania/associação Princípios relacionados com direito de voto ou representação	Em alguns casos; apenas os e os compradores	Representantes ou negociadores legítimos e autorizados	Exclusão baseada na primeira instância	Autorização de agência; regulação do emprego aos funcionários públicos	Nomeação ou eleição de juízes; certificação de outros peritos;
<b>Finalidade</b>	Tomar decisões públicas; Ex eleger líderes; decidir sobre as leis, política e ações	Trocar bens, serviços, capital e interesses	Acordo em contratos e regras específicos de contratos, incluindo execução	Interesses económicos ; valor acrescentado o rendimento para outros	Fornecer certos bens e serviços públicos; assegurar cumprimento das leis	Delimitar verdade jurídica; punir os infratores
<b>Que ação transação</b>	Voto, mobilizar os eleitores; outras formas de apoio; decidir sobre representação; novas regras	Comprar, vender e negociar	Trocar informação; negociação; decidir contratos, regras contratuais	Produzir e vender bens e serviços; empregar e organizar pessoas e recursos	Produzir e distribuir certos bens e produtos legalmente especificados ; controlar	Apresentar provas e contra-provas; interrogar, deliberar e julgar
<b>Como?</b>	Regras de votação e seleção dos representantes;	Processo de transação a serem seguidos na compra e venda	Regras de negociação e processos a utilizar	Princípios de gestão; Estratégias para tomar decisões.	Princípios de organização de agências; regras e da administração pública	Processos de tribunais para apresentação de provas peritagem etc.
<b>Com que meios</b>	Meios de comunicação, recursos, máquinas e outros meios	Oferta legal permissível,	Meios legais que as pessoas possam utilizar	Tecnologias e técnicas de produção	Tecnologias e técnicas de produção etc.	Peritagem, técnicas e tecnologias autorizadas
<b>Quando/on de</b>	Cenários, tempos e locais específicos	Cenários, tempos e locais específicos	Períodos, locais para negociações	Locais e tempos legítimos para produção	Locais e tempos para organizar atividades	Os tribunais deliberam em determinadas alturas e locais específicos

Fonte: Bruns, T. R. & Flam, H. (2000). *Sistema de regras sociais: teorias e aplicações*. Pp. 126-127.



seu território).

O PNTC enquadra-se no Sistema das Áreas Protegidas (SAP) da Guiné-Bissau<sup>25</sup>, contendo actualmente oito (8) Áreas Protegidas:

- Parque Natural das Lagoas de Cufada;
- Parque Nacional de Cantanhez;
- Complexo Dulombi, Boé e Tchetché;
- Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok;
- Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagos;
- Parque Nacional das Ilhas de Ourango;
- Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu;
- Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão;

O objectivo principal da criação do PNTC resultou da necessidade de conservação dos extensos «tarrafes» (mangais) ao longo do rio Cacheu, mas também para a preservação dos recursos haliêuticos, colaborando na protecção da costa contra os processos da erosão. Na sua fauna destaca-se, pela sua raridade, a espécie sitatunga (*Tragelaphus spekii*). Por outro lado, de referir a importância do PNTC para a conservação de matas de palmeiras e de savanas arbustivas assim como de amplas áreas de desova de tartarugas e praias com grande potencial turístico.

Os rios e os recortes profundos e caprichosos da sua costa marítima conferem-lhe ainda uma fisiografia muito característica e particular. A região do PNTC, para além do potencial agrícola e haliêutico, apresenta também grandes oportunidades económicas no domínio da atividade de Ecoturismo, mercê da biodiversidade natural muito rica que evidencia.

Do ponto de vista histórico-cultural a região abrangida pelo PNTC tem enorme importância cultural, turística e económica, sendo, de acordo com a literatura especializada em descobrimentos portugueses, o primeiro ponto de chegada dos navegadores no século XIV<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Estão a ser geridas pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, uma instituição criada em 2014 pelo então Governo da Guiné-Bissau com objectivo de: promover a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade; apoiar a criação e gestão das Áreas Protegidas; favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais

<sup>26</sup> Ver Bull, (1989). *O crioulo da Guiné-Bissau filosofia e sabedoria*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

**Quadro 5 Evolução da população da zona sul do PNTC**

Nº	Tabancas	Censo/1997	Censo/2007
1	Belém	309	107
2	Benia	129	125
3	Ponta Costa	101	*
4	Barme	41	175
5	Bitchil-Fanhó	66	*
6	Blimbom	27	*
7	Binhinda	106	106
8	Binhongo	15	*
9	Caam 1 e 2	110	150
10	Djopa	112	350
11	Tecache	39	100
12	Caguepe	6	*
13	Cactchum	10	*
14	Pece	116	149
15	Tabanca Nobo	10	170

Fonte: Plano de Gestão do Parque Natural dos Tarrafas do rio Cacheu (2008 -2018)

### 3.2. População e contexto sociocultural

A população residente no PNTC foi estimada em 28.052 pessoas. Os seus habitantes residem em quarenta e quatro pequenas aldeias designadas por *tabancas*, quinze das quais situadas no sul do Parque e vinte e nove na zona norte.

A diversidade cultural marca profundamente a vivência da população devido às suas origens étnicas, designadamente, Manjacos, Felupes, Banhuns, Cassangas, Baiotes, Cobianas, entre outros. Em termos religiosos, predomina a religião tradicional africana (o animismo), existindo igualmente um número relativamente significativo de cristãos e muçulmanos.

**Quadro 6 Evolução da população da zona norte do PNTC**

Nº	Tabancas	Censo/1997	Censo/2007
1	Campada Namoante	442	485
2	Nhataba	195	390
3	Joaquim Bor	150	
4	Poilão de Leão	306	390
5	Ponta Becada	50	
6	Sonco	75	
7	Brebe	154	
8	Bugampôr balanta	161	
9	Bugampôr Manjaco	77	
10	Bugampôr Felupe	79	
11	Djugul	155	
12	Lanque	90	
13	Alto Fresco	71	
14	Badigué	192	
15	Batchanghor	59	
16	Catcheuzinho	105	
17	Tabanca Novo	70	
18	Banhino	34	
19	Bufa	347	330
20	Causso 1	3	
21	Causso 2	51	
22	Ponta Augusto Barreto 1	72	145
23	Ponta Augusto Barreto 2	19	-
24	Carriba	76	
25	Coladjé central	271	470
26	Coladjé Opuntche	37	350
27	Elia 1	618	1839
28	Djobél	552	665
29	Arame	514	370

Fonte: *Plano de Gestão de Parque Natural dos Tarrafas do rio Cacheu* (2008-2018)

O crioulo é a língua de coesão social entre os grupos étnico-linguísticos. O poder tradicional desempenhou desde sempre um papel de relevo na vida comunitária e em muitos projectos de desenvolvimento local influenciando na preservação dos valores culturais ancestrais, no relacionamento comunitário e na fortificação dos laços entre as pessoas com as instituições tradicionais. A sua legitimidade é culturalmente reconhecida ao longo dos séculos, razão pela qual a comunidade sente a obrigação de respeitar as regras tradicionais.

Para viabilizar os seus projectos nos territórios locais, as ONGs precisam de ter em linha de conta, para as suas actividades, o papel e a importância da participação do poder tradicional (régulos, anciões etc.) na actividade comunitária o que habitualmente ocorre.

**Imagem 2 Parque Natural dos Tarrafes do rio Cacheu, povoação**



**Fonte (IBAP):** [www.ibapgbissau.org/index.php/pntc](http://www.ibapgbissau.org/index.php/pntc)

### **3.3. Contexto económico**

A economia das regiões abrangidas pelo PNTC assenta fundamentalmente nas actividades da agricultura, pesca e comércio local, do ponto de vista da competitividade económica, o PNTC tem pouca dinâmica porque não dispõe de mecanismos que permitam que a sua economia seja integrada numa racionalidade capitalista de mercado. No entanto, as comunidades que compõem o PNTC apresentam uma economia de subsistência de natureza solidária com base na produção agrícola e na actividade piscatória. Esta economia de subsistência é complementada pela comercialização sazonal da castanha de caju que é actividade de natureza comercial com maior impacto na economia local e nacional.

Nos últimos anos, tem havido projectos que visam promover o desenvolvimento localmente sustentado através de iniciativas das ONGs nacionais e estrangeiras, projectos esses que visam combater o analfabetismo, a pobreza extrema, a devastação dos recursos marinhos e florestais, e ainda procuram o financiamento através do microcrédito.

Essas organizações buscam a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios locais através de projectos e actividades orientadas para a segurança alimentar, o combate à pobreza, produção hortícola e ainda transformação e conservação do pescado que se assumem como eixos prioritários para o desenvolvimento local. Nesta linha de acção, as ONGs promovem a valorização dos produtos locais com introdução de tecnologias melhoradas (como, por exemplo, na recuperação das bolanhas). No território do PNTC têm dinâmica relevante no domínio da promoção do desenvolvimento local, a AD (Ação para Desenvolvimento), a SWISAID, A PALMEIRINHA e a MONTE-ACE, entre outras organizações. Para além das ONGs que actuam no PNTC, o IBAP (Instituto da Biodiversidade



e das Áreas Protegidas), entidade pública, tem, de forma relevante, promovido o desenvolvimento local através de actividades desenvolvidas em parceria com ONGS que actuam no território.

A actividade económica é fundamentalmente exercida no planalto, onde se pratica o cultivo de arroz itinerante e o arroz de bolanha e ainda exploração dos produtos das palmeiras bem como a criação de animais de pequeno porte.

A maioria da população residente trabalha na agricultura como actividade principal e pesca como complementar. As mulheres ocupam-se, sobretudo, dos trabalhos domésticos, da recolha de mariscos, produção de esteiras, da extração de óleo de palma, das sementeiras, da recolha e tratamento da castanha e sumo de caju. Os homens desbravam mato, escavam, caçam, pescam (artesanal) e sobem as árvores para colher vinho e chabéu.

### 3.4. Contexto político

A população do PNTC reside, maioritariamente, em pequenas povoações designadas por *tabancas* que fazem parte da região de Cacheu, norte da Guiné, uma das nove regiões que compõem a divisão político-administrativa da Guiné-Bissau. Concretamente, o PNTC integra administrativa e legalmente a região de Cacheu, que faz fronteira a norte com a República do Senegal e a sul com a República da Guiné Conakri.

Imagem 3 Cidade de Cacheu



Fonte (IBAP): [www.ibapbbissau.org/index.php/pn](http://www.ibapbbissau.org/index.php/pn)

### 3.5. Potencialidades do PNTC

O Parque Natural dos Tarrafas do Rio Cacheu apresenta potencialidades naturais de significativa relevância para a cadeia global de valor que, adequada e sustentadamente utilizadas, podem constituir fonte de valor económico acrescentado através da promoção do ecoturismo e da exploração dos recursos marinhos e florestais para promover o seu desenvolvimento. Segundo estudos realizados por organizações nacionais e internacionais ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, a mancha dos tarrafas (mangais) representa, provavelmente, a maior da África Ocidental, cobrindo 30 000 hectares contínuos, o que confere ao PNTC uma beleza paisagística única.

O PNTC acolhe, anualmente, aves aquáticas migratórias, nomeadamente flamingos-pequenos (*phoenicopterus menor*), uma espécie considerada rara na África Ocidental, garças, pelicanos e aves limícolas de inúmeras espécies. Por outro lado, no estuário do rio Cacheu na zona de mangal, reproduzem-se, crescem e desenvolvem-se várias espécies de peixes com destaque para a barracuda, moluscos (ostra) e mariscos crustáceos (camarões) de enorme importância para a pesca tanto artesanal como industrial. O rio é ainda povoado por hipopótamos e mamíferos aquáticos (manatins ou peixe-boi) que são espécies consideradas em extinção e que, por essa razão, requerem medidas de preservação (PGPNTC, 2008/2018).

As características únicas do território do PNTC em termos ambientais apontam para a possibilidade de promover o turismo ecológico também designado por ecoturismo na medida em que as suas praias aliadas às suas características peculiares (de mangal) têm capacidade para atrair os investidores da indústria turística criando maior competitividade neste mercado e, desta forma, contribuir significativamente para o seu desenvolvimento socio-económico.

É importante criar empreendimentos hoteleiros, meios de transportes e de telecomunicações baseadas em novas tecnologias, indústrias transformadoras focalizado no investimento do capital privado estrangeiro ou nacional, incremento da economia verde geradora do emprego e riqueza, sobretudo uma economia que adapte às necessidades locais e com visão do futuro.

Dentro da visão da conservação e preservação e do desenvolvimento localmente sustentado em benefício dos residentes do PNTC promovendo a gestão participativa dos recursos naturais onde é a própria população a responsabilizar-se pela gestão dos seus recursos para o seu benefício e da comunidade em geral.

Adoptar o modelo da inteligência estratégica para aproveitar as emergências nas tendências globais e locais para inovar e dinamizar o processo do desenvolvimento territorial no qual as ONG e populações interagem gerando novos activos.

## CAPÍTULO 4 – ABORDAGEM METODOLÓGICA

### 4.1. Delineamento geral e procedimentos

A investigação científica em Ciências Sociais pode seguir duas perspectivas de análise: a primeira perspectiva analisa os factos sociais a partir das determinações estruturais, como sejam os fenómenos de classe social. A segunda perspectiva centra-se no modo de ser e de fazer no dia-a-dia com base nas teorias weberianas sobre o sentido social (Guerra, 2006b).

Para que qualquer estudo seja rigoroso e válido, o processo de investigação deve assentar em um procedimento racional e sistemático com propósito de proporcionar soluções adequadas às questões levantadas. Assim, recorre-se ao processo de investigação quando não se dispõe de informação e conhecimento suficiente para responder à questão em estudo. Isto é, desenvolve-se o processo de investigação com base nos conhecimentos existentes e disponíveis com recurso a método, técnicas e procedimento cientificamente válidos e adequado à questão em estudo.

Na necessidade de estudar fenómenos sociais através de hipóteses dedutivas, Popper (1934), desenvolveu o método conhecido por «método hipotético-dedutivo». Esse filósofo era céptico em relação ao estudo dos factos sociais através de métodos que eram assumidos como cientificamente corretos, isto é, os modos indutivo e dedutivo.

O presente estudo segue, em termos do procedimento lógico, esse método hipotético-dedutivo, visto que é a partir das teorias que formula a questão de investigação, sendo também por ela que determina qual o tipo de dados que serão pesquisados. Por outras palavras: o investigador deve ter consigo como prévia a ideia que pretende analisar e desenvolver (como é o caso desta investigação): “o investigador, ao observar, tem sempre em mente uma questão para resolver. Tem como tarefa formular *hipóteses* ou *teorias* e, em seguida, verificar se elas são verdadeiras ou falsas” (Freixo, 2010, p. 100).

O método hipotético-dedutivo parte do princípio de que há um problema para resolver (P1), ao qual se apresenta uma suposta solução, isto é, uma teoria-tentativa (TT), para, em seguida, explorar a solução visando à eliminação dos erros (EE) e, assim, dando origem a um novo problema (Popper, 1934). Compete, pois, sublinhar que todo o processo de investigação científica se inicia com algum tipo de problema ou uma inquietação (tal como a que colocámos de partida, sob a forma de pergunta).

## 4.2. Objecto e contexto do estudo

O presente estudo tem como objecto **o papel das ONGs e das populações no desenvolvimento do PNTC** e foca-se na problemática do desenvolvimento local em tempos de globalização. Pretende compreender se as Organizações Não-Governamentais poderão ou não ser factor de mudança nesse processo de desenvolvimento local e, no caso particular, qual o seu papel no desenvolvimento do Parque Natural dos Tarrafes do rio Cacheu (Guiné-Bissau). Nesta perspectiva, o presente estudo tem em vista analisar se as ONG podem ser consideradas factores de mudança nos processos de desenvolvimento local, em geral, e em particular, no desenvolvimento dos territórios do Parque Natural dos Tarrafes dos rio Cacheu (Guiné-Bissau).

A pertinência do presente estudo relativo ao PNTC assenta não apenas na relevância e exemplaridade que essa região tem para a promoção do desenvolvimento local sustentável na Guiné-Bissau como ainda pelas sinergias por ela criadas com o Projecto de Gestão Sustentável dos Recursos Florestais (GSRF-PNTC), lançado em 2012, cuja existência constitui até uma justificação para realizar o presente estudo. Este projecto é coordenado pela ONGD portuguesa MONTE-ACE em parceria com a União Europeia e o Instituto Camões, Instituto público português que tem como missão promover a cooperação para o desenvolvimento. Trata-se, no fundo, dum projecto com objectivo de reforçar estrutura legal e institucional do sector florestal e capacitar os técnicos e comunidades locais em técnicas de conservação da floresta, fiscalização e regeneração da floresta degradada e ainda promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentado.

## 4.3. População alvo e amostra

A população-alvo do presente estudo é constituída pelas pessoas que residem nos territórios do Parque Natural dos Tarrafes do rio Cacheu (PNTC), nomeadamente as que vivem nas desidnadas sectores de Canchungo, Cacheu e São-Domingos.

A definição desta população-alvo assenta no facto de se pretender obter a percepção da população residente sobre o papela das ONG.

Dada a dimensão da população-alvo e ainda devido a limitação do tempo para terminar o estudo, recorreu-se a uma pequena amostra representativa da população-alvo. Para

se obter informação que possa ser generalizada à população, a amostra tem de ser significativamente representativa da população estudada. Para o efeito a seleção dos elementos foi efectuada de modo aleatório.

A utilização duma amostra representativa da população em estudo é essencial quer em termos teóricos quer em termos práticos na medida em que permite representar fielmente a população-alvo (Fortin, 2009).

#### **A amostra por questionário:**

- A amostra que foi administrada o questionário foi constituída por 16 indivíduos dos quais 12 eram residentes no território do PNTC e 4 eram técnicos nos projectos de desenvolvimento local em curso nas comunidades locais do PNTC.

A escolha desta amostragem (do inquérito) emana da necessidade de obter informação junto das pessoas que vivem e participam nas iniciativas de desenvolvimento no PNTC, como é o caso das pessoas que lá vivem e dos técnicos que participam directamente no processo de monitorização de projectos de mudanças.

#### **A entrevista realizada:**

- Para além da informação recolhida através do inquérito, foi realizada uma entrevista ao Director executivo da ONG guineense GAECA-PALMEIRINHA com propósito de recolher informação especificamente relacionada com a problemática em estudo.

O entrevistado é uma pessoa com larga experiência em projectos de desenvolvimento no PNTC e conhecedor do papel das ONG na Guiné-Bissau aspectos considerados relevantes para responder a pergunta de partida.

O caso da entrevista por caso único justifica-se quando recai naquela pessoa que oferece garantidamente mais possibilidades de fornecer as informações necessárias ao investigador e à problemática em estudo (Guerra, 2006).

#### **4.4. Conceptualização das variáveis**

Na realização de qualquer estudo científico é necessário definir os conceitos-chaves (variáveis) para enquadrar o objecto do estudo. No presente estudo foi assim considerado

necessário definir conceptualmente a noção de desenvolvimento local, de participação de actores, de estratégias e de globalização tendo em vista melhor enquadrar a problemática em estudo. Assim temos participação, estratégias e globalização, permitindo representar numa forma abstrata o objecto do estudo.

- **Desenvolvimento local:** processos e dinâmicas que envolvem as comunidades locais, instituições públicas, ONGs e pessoas com vista a promoção do desenvolvimento social localmente sustentado das comunidades.
- **Participação:** envolvimento dos actores locais (pessoas e instituição) nos processos promotores de mudança social.
- **Estratégias:** forma de pensar e planear o futuro e respectiva transformação social através de decisões e processos formalizados para produzir resultados concretos em termos de desenvolvimento social.
- **Globalização:** é um fenómeno que decorre de acções globais (mundiais e regionais) com efeito na transformação social, económica, cultural, tecnológica e políticas de territórios comunidades locais (Giddens, 2004).

#### 4.5. Análise e interpretação dos dados

O processo de análise de dados envolve classicamente diversos procedimentos, tais como codificação das respostas, tabulação, cálculos estatísticos e análise de conteúdo. Seja a análise, seja, depois, a sua interpretação, o processo pode decorrer simultaneamente para estabelecer relação entre dados obtidos no decurso da pesquisa com as teorias, hipóteses e conhecimentos previamente formulados.

Os dados do inquérito por questionários foram analisados através do *software* informático IBM SPSS, visando compreender qual a correlação ou justaposição entre o conceito de desenvolvimento local e fenómeno da globalização, segundo as pessoas inquiridas.

No que toca aos procedimentos de análise, o método correlacional foi utilizado nesta investigação com propósito de medir “o grau e direcção” entre pares de variáveis expressos por um coeficiente de correlação”. Esta análise permitiu estimar o grau de relação entre o conceito de desenvolvimento local e os fenómenos ligados à globalização, segundo às

peças inqueridas (Freixo 2010, p. 114). A abordagem correlacional foi acompanhada por uma metodologia qualitativa com recurso à técnica de entrevista que, no presente estudo, foi realizada como Director da ONG GAECA-PALMEIRINHA.

Na entrevista com o Director-executivo da ONG guineense CAEGA-PALMERINHA foi utilizada a análise de conteúdo para obtenção de dados (portanto, não por meio da representatividade estatística, mas sim por meio de representatividade social, isto é, o já referido caso único).

## **CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo tem o propósito de apresentar, analisar e discutir os resultados do estudo levado a cabo no território do Parque Nacional dos Tarrafas do Rio Cacheu (PNTC) da Guiné-Bissau, nomeadamente nas regiões de Cacheu, Canchungo e São-Domingos. Inicialmente faz-se uma caracterização do grupo alvo a que foi administrado o questionário (12 pessoas e 4 técnicos de desenvolvimento local que trabalham com as comunidades locais) e depois apresentam-se os resultados em função dos objectivos do estudo.

O inquérito por questionário teve em vista perceber, na perspectiva das pessoas inquiridas, se as ONG poderão constituir um factor positivo na concepção e implementação de estratégias de desenvolvimento local em tempos de globalização.

Este inquérito permitiu conhecer as apreciações que os inquiridos têm dos conceitos em análise uma vez que os processos de desenvolvimento local têm por base o território e a identidade cultural do local e são baseados na valorização dos recursos locais nas suas diferentes formas (Velez, 2001). A percepção dos inquiridos relativamente ao fenómeno da globalização tem diferentes interpretações no que concerne a teorias que tendem a explicar a sua perspectiva social, económica, política, ecológica etc. para o desenvolvimento da sociedade.

A globalização não é um processo de cedência das pequenas comunidades à dimensão global. O fenómeno significa relação de interdependência (global-local) e produz efeitos em termos de alternativas estratégicas para compreender as emergências que possam ser úteis aos problemas locais.

### **5.1. Característica do grupo alvo**

Neste ponto, descreve-se o grupo alvo a que foi administrado o questionário da presente investigação, com base nas variáveis de caracterização sócio-demográfica dos respondentes (idade, género, localização, papel social). Assim, com base nas dimensões referidas o perfil do grupo-alvo deste estudo pode sumarizar-se da forma a seguir descrita.

Em termos de idade, as pessoas inquiridas têm entre os 17 aos 75 anos e na sua maioria homens, em termos de localização vivem entre São Domingos, Canchungo e Cacheu e relativamente ao papel social são membros das comunidades do PNTC e técnicos de desenvolvimento local que ali se encontram, contudo, a maioria dos inquiridos é membro das comunidades locais.



## 5.2. A percepção da Globalização

Com o propósito de compreender qual era a perspectiva do fenómeno da globalização tida pelos respondentes submeteram-se ao grupo alvo um conjunto de indicadores relacionados com a globalização (Quadro nº 7). Tendo em vista estimar quais os aspectos que, na percepção dos inquiridos, eram mais relevantes, usou-se o teste não paramétrico de Friedman. O teste Friedman é adequado para hierarquizar um conjunto de indicadores medidos por uma escala ordinal. Assim face aos resultados (Quadro nº 7) verifica-se que os respondentes consideram que os aspectos mais relevantes que decorrem do processo da globalização são questões relacionadas com o meio ambiente, as novas tecnologias, a inteligência estratégica, a dinâmica global e as ONG enquanto actores de desenvolvimento local.

**Quadro 7 Índice da globalização**

Variáveis	média
1. ONG atores de desenvolvimento local	5,69
18. As influências externas	3,50
23. Dinâmica global	5,66
24. O meio ambiente	6,72
32. Novas tecnologias	6,72
35. Recursos endógenos/exógenos	2,44
39. Instituições internacionais	2,44
41. Globalização	5,91
45. Inteligência estratégica	5,94

N	16
Qui-quadrado	73,367
df	8
Significância Sig.	,000

a. Teste Friedman

A aposta em novas tecnologias (6,72) tal como a consciencialização da população relativamente à importância que a conservação/preservação do meio ambiente têm na prática de desenvolvimento local (6,72) são aspectos que segundo os inquiridos foram considerados como factores relativamente mais importantes no processo de desenvolvimento local no âmbito da globalização. Na mesma linha de pensamento, a problemática do meio ambiente está sempre no centro das preocupações das ONG nos projectos de desenvolvimento

comunitário como é o caso do Programa de Educação e Comunicação Ambiental da ONG PALMEIRINHA.<sup>27</sup>

Por outro lado, segundo os inquiridos, as interferências das organizações internacionais não devem impedir os próprios actores locais de prosseguirem com os seus objectivos, razão pela qual consideram menos importante para o processo de desenvolvimento local as influências externas (3,50) em geral e das instituições internacionais (2,44) em particular (Quadro 7). Nesta linha de pensamento, os inquiridos consideram relevante para o processo de desenvolvimento local auscultar as comunidades locais, preservar as tradições e valorizar as suas relações com o território (Quadro 8). Isto significa que as práticas tradicionais e as identidades locais são consideradas essência da vida em comunidade e são valorizadas no processo de mudança, apesar da influência do fenómeno da globalização, ser reconhecida como relevante no processo de desenvolvimento local. Contudo, como é sabido, as organizações internacionais que apoiam as iniciativas de desenvolvimento nas comunidades locais têm influência relevante no processo devido ao facto de serem financiadores das actividades relacionadas com o desenvolvimento local.

### **5.3 A percepção do processo de desenvolvimento local**

Com o propósito de compreender qual era a perspectiva do processo de desenvolvimento local tida pelos respondentes submeteram-se ao grupo alvo um conjunto de indicadores relacionados com o processo de desenvolvimento dos territórios locais (Quadro nº8). Tendo em vista estimar quais os aspectos que, na percepção dos inquiridos, eram mais relevantes para o processo de desenvolvimento local, usou-se o teste não paramétrico de Friedman. O teste Friedman, como acima já foi referido, é adequado para hierarquizar um conjunto de indicadores medidos por uma escala ordinal. Assim face aos resultados (Quadro nº 8) verifica-se que os respondentes consideram que os aspectos mais relevantes para a promoção do desenvolvimento local são os aspectos relacionados com a auscultação das comunidades locais, preservação das tradições locais, valorização das relações da comunidade com o seu território, as questões ambientais do território e o conhecimento científico sobre as características do território e da comunidade local.

---

<sup>27</sup> Entrevista, Diretor executivo da ONG PALMERINHA.

Neste sentido, pode dizer-se que os actores locais consideram relativamente importante para o processo de desenvolvimento local que, antes de se tomar qualquer iniciativa no âmbito do processo de desenvolvimento local com o apoio de instituições internacionais (17,16), se devem ouvir os membros da comunidade local (19,38), promover o envolvimento dos actores locais (17,22) e a capacitação das comunidades locais (11,91) e ainda identificar os interesses das comunidades nos projectos locais e promover a relação de confiança entre comunidade e ONG. Naturalmente que, em primeiro lugar, é essencial identificar e analisar os problemas da comunidade e do território e definir as estratégias para a sua solução razão pela qual os respondentes consideram importante promover o conhecimento científico (19,38) sobre as realidades do território o que capacita os actores locais para a compreensão das tendências e emergências de natureza local como global.

**Quadro 8 Índice de desenvolvimento local**

<b>Variáveis</b>	<b>médias</b>
1. ONG são actores de desenvolvimento local	16,44
2. comunidades e desenvolvimento local	18,59
3. Realidade exógena.	16,41
4. Auscultar comunidades locais	19,38
6. Parceria com poder tradicional.	16,31
7. Interesses das comunidades nos projectos	14,09
8. Identificação de problema e intervenção	9,78
11. Incentivar cooperativas e economia local	12,72
14 Confiança entre comunidades e ONG	18,63
15. As comunidades e definição de estratégias	10,72
17. Preservação das tradições	19,38
16. Auxiliar às comunidades	6,69
19. Participação	12,66
20. Valorização das relações territoriais	19,38
22. Privilegiar certa camada	10,16
24.As questões ambientais	19,38
25. Envolvimento dos atores	17,22
27. Recursos locais	9,53
28. Apoio das instituições internacionais	17,16
29. Economia do mercado	5,66
31. Heranças culturais	7,28
33. O conhecimento científico	19,38
34. desenvolvimento local é política pública	4,56
35. Recursos locais e exógenos	7,34
42. Participação e capacitação	11,91
43. Desejo das comunidades	10,28

#### 5.4. Percepção sobre estratégias de intervenção

Com o propósito de compreender qual era a perspectiva sobre estratégias de intervenção tida pelos respondentes submeteram-se ao grupo alvo um conjunto de indicadores relacionados com as estratégias de intervenção (Quadro nº9). Tendo em vista estimar quais os aspectos que, na percepção dos inquiridos, eram mais relevantes para as estratégias de intervenção usou-se o teste não paramétrico de Friedman. O teste Friedman, como acima já foi referido, é adequado para hierarquizar um conjunto de indicadores medidos por uma escala ordinal.

Assim face aos resultados (Quadro nº 8) verifica-se que os respondentes consideram que os aspectos mais relevantes para definir e promover estratégias de intervenção local são os aspectos relacionados com a auscultação das comunidades locais, valorização das relações da comunidade com o seu território, a promoção da confiança entre comunidade e ONG e a criação e promoção de parcerias em geral (8,84) e, em particular, com o poder tradicional (8,06) e entre as ONG (8,25).

Naturalmente que, quando se pretende definir estratégias de intervenção, está-se a admitir que existem problemas que se querem ver resolvidos para o que é fundamental auscultar a comunidade local e analisar em detalhe a natureza dos problemas. A procura de estratégias de intervenção é um processo complexo que implica capacidade de compreensão por parte da comunidade local não apenas sobre o que já foi feito, mas sobretudo sobre a visão das emergências de natureza quer local como global.

De facto, como é sabido, cada interveniente possui os seus próprios quadros de referência e tem a ambição de atingir determinados objectivos utilizando os seus meios e estratégias. Por outro lado, não existem estratégias de intervenção definidas e bem-sucedidas se não tiverem em conta a auscultação da comunidade sobre quais são os seus problemas e de que forma e com que propósito deseja encontrar a solução para esses problemas.

Nesta linha de pensamento, é também importante tomar em consideração e valorizar as relações existente entre as colectividades e sobretudo entre pessoas e o território, na medida em que o local implica relação humana, económica, cultural e histórica (9,59). Não menos importante é a questão de confiança pois sem confiança dificilmente se cria abertura e aproximação entre actores sociais. Daqui a importância relativa que os respondentes atribuíram à confiança entre as ONG e as comunidades locais onde intervêm (9,22) relativamente à definição e execução das estratégias de intervenção (Quadro nº 9).

**Quadro 9 Índice da estratégia de intervenção**

Variáveis	média
4. Auscultar as comunidades	9,59
5. Criação de parcerias	8,84
6. Parceria com o poder tradicional	8,06
7. Interesse das comunidades	6,91
9. Parceria entre as ONG	8,25
13. Intervir com orientações das instit. púb.	2,75
14. Confiança entre comunidade e ONG	9,22
16. Auxiliar às comunidades	3,25
20. Valorizar relações territoriais	9,59
21. Menos burocracia	5,41
22. Não privilegiar nenhuma camada	5,13
23. Mudanças como processo contínuo	8,13
26 O desenvolvimento é liberdade	5,88

**Estatísticas de teste<sup>a</sup>**

N	16
Qui-quadrado	95,613
df	12
Significância Sig.	,000

### 5.5. Percepção sobre participação no desenvolvimento local

Com o propósito de compreender qual era a perspectiva sobre a participação dos actores locais no processo de desenvolvimento local tida pelos respondentes submeteram-se ao grupo alvo um conjunto de indicadores relacionados com a participação no processo local dos actores sociais locais (Quadro nº10). Tendo em vista estimar quais os aspectos que, na percepção dos inquiridos, eram mais relevantes para a participação dos actores locais no processo de desenvolvimento local, usou-se o teste não paramétrico de Friedman. O teste Friedman, como acima já foi referido, é adequado para hierarquizar um conjunto de indicadores medidos por uma escala ordinal. Assim, face aos resultados (Quadro nº 10) verifica-se que os respondentes consideram que os aspectos mais relevantes para a promoção da participação dos actores locais no processo de desenvolvimento local são os aspectos relacionados com a participação das pessoas (5,78) que devem ser consideradas como estando no centro do processo de mudança (5,78) e o envolvimento da comunidade como um todo (5,47).

**Quadro 10 Índice da participação**

Variáveis	médias
10. A participação das pessoas	,78
11. Incentivar cooperativas, economia local	,16
15. As comunidades e estratégias	,63
19. Participação	,16
25. Envolvimento das comunidades	,47
37. Despertar a ideia do dever a cumprir	,84
40. As pessoas beneficiárias	,19
44. As pessoas no centro das mudanças	,78

**Estatísticas de teste**

N	16
Q	28,247
ui-quadrado	
d	7
f	
S	
ignificância	,000
Sig.	

a. Teste Friedman

Como é sabido, a participação no processo de desenvolvimento local tem constituído sempre um problema maior, uma vez que, a participação em si própria constitui factor gerador de interesses, consensos e conflitos. Neste sentido, em qualquer processo de desenvolvimento de um território/comunidade local é sempre crucial e muito importante perguntar: quem participa? Como participa? Participar para quê? (Guerra, 2006). De facto, a participação dos cidadãos constitui sempre um processo de grande complexidade e, às vezes, até contraditório, que envolve mecanismos já existentes e outros que resultam do processo da socialização e da integração (Teixeira, 2001),

## 5.6. Relação entre os 4 índices

Para melhor compreender a importância relativa da percepção dos inquiridos sobre os processos de globalização, desenvolvimento local, estratégias de intervenção e participação no processo de desenvolvimento local, construíram-se quatro índices (Quadros nº 7, 8, 9 e 10), estudou-se a correlação entre si com o recurso ao coeficiente de correlação Spearman e analisou-se a diferença para cada índice em função da localização (Norte e Sul do PNTC) dos respondentes com recurso ao teste não paramétrico de Kruskal Wallis e em função da sua relação com o PNTC (técnico ou membro da comunidade local) com o recurso ao teste não paramétrico de Mann-Whitney.

Em relação à associação entre os índices (Quadro 11), verificou-se que o Índice de (percepção sobre) globalização está positivamente correlacionado, embora moderadamente, com o de (percepção sobre) desenvolvimento local ( $\rho=0,520$ ;  $\text{sig}=,039$ ) e com o de (percepção sobre) a participação no desenvolvimento local ( $\rho=0,767$ ;  $\text{sig}=,001$ ). Por outro lado, o índice de desenvolvimento local apenas está positivamente correlacionado com o índice de globalização não estando associado a qualquer um dos outros dois (participação e estratégia).

**Quadro 11 Relações de associações entre os índices de globalização, desenvolvimento local e participação**

			Índice_global	Índice_DL	Índice-Participa	Índice_Estratégia
Spearman's rho	Índice_global	Correlation Coefficient	1,000	,520*	,767**	,042
		Sig. (2-tailed)	.	,039	,001	,878
		N	16	16	16	16
	Índice_DL	Correlation Coefficient	,520*	1,000	,251	,058
		Sig. (2-tailed)	,039	.	,348	,831
		N	16	16	16	16
	Índice_participa	Correlation Coefficient	,767**	,251	1,000	,102
		Sig. (2-tailed)	,001	,348	.	,707
		N	16	16	16	16
	Índice_Estratégia	Correlation Coefficient	,042	,058	,102	1,000
		Sig. (2-tailed)	,878	,831	,707	.
		N	16	16	16	16

O índice de participação apenas se mostrou positivamente associado ao índice de globalização e o índice de percepção sobre estratégias de intervenção mostrou não estar asso-

ciado a qualquer um dos outros 3 índices (Quadro nº 11). Isto significa que os respondentes

valorizam fundamentalmente a relação entre a globalização e o desenvolvimento local e entre a globalização e o processo de participação no desenvolvimento local. Assim, pode concluir-se que o fenómeno da globalização, na perspectiva dos actores locais (técnicos e membros das comunidades locais), está significativamente associado às estratégias de participação e ao processo de desenvolvimento local.

A diferente localização das pessoas inquiridas (Norte e Sul do PNTC) não teve qualquer influência na percepção sobre os quatro índices (Quadro nº 12) o que significa que a perspectiva dos respondentes sobre os processos de globalização, desenvolvimento local, participação e estratégias de intervenção é idêntica em qualquer das duas regiões do PNTC. O facto de ser técnico ou membro da comunidade também não tem qualquer influência na percepção sobre os quatro índices (Quadro, nº 13).

**Quadro 12 A relação entre os índices globalização, desenvolvimento local e participação e as áreas**

**Test Statistics<sup>a,b</sup>**

	Indice_DL	Indice_Participa	Indice_Estratégia	Indice_global
EChi-Square	,390	4,973	2,760	1,327
df	2	2	2	2
Asymp. Sig.	,823	,083	,252	,515

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Área

A área da localização dos inqueridos (São Domingos, Canchungo e Cacheu) não está significativamente associada à percepção que tiveram em relação aos índices de desenvolvimento local, participação, estratégia e globalização, como mostra o quadro (12).

**Quadro 13 Relações entre os índices de globalização, desenvolvimento local, participação com os técnicos e populações**

**Test Statistics<sup>a</sup>**

	Indice_global	Indice_DL	Indice_Participa	Indice_Estratégia
Mann-Whitney U	14,000	15,500	8,000	15,000
Wilcoxon W	92,000	93,500	86,000	25,000
Z	-1,409	-1,089	-2,016	-1,114
Asymp. Sig. (2-tailed)	,159	,276	,044	,265
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,262 <sup>b</sup>	,316 <sup>b</sup>	,058 <sup>b</sup>	,316 <sup>b</sup>

a. Grouping Variable: Relação c/PNTC

b. Not corrected for ties.



De acordo com a perspectiva do Director da ONG CAECA-PALMEIRINHA, as ONG devem alertar as populações da zona do PNTC sobre a importância da valorização e preservação do meio ambiente e do seu ecossistema para o seu processo de desenvolvimento. Neste sentido, a ONG adoptou as seguintes estratégias de intervenção: concepção e a produção de materiais didáticos pedagógicos; animação e distribuição do boletim nas escolas situadas na zona costeira, formação dos professores nas técnicas de animação e exploração do meio ambiente; formação dos jornalistas das rádios comunitárias no domínio da comunicação ambiental; produção e difusão de programas e emissões radiofónicas sobre problemáticas ambientais; formação dos técnicos no domínio de educação e comunicação ambiental.

Na vertente pedagógica, a ONG desenvolveu muitas acções, como a concepção e produção de «boletim Palmeirinha» (em 28 edições) entre o ano de 1993 ao ano de 2014, com tiragem de 6.000 exemplares. Cada uma, com diversos temas sobre a biodiversidade, ecossis-temas e recursos naturais na Guiné-Bissau e particularmente no PNTC. Em relação à Vertente Ambiental, foram desenvolvidas as seguintes actividades: o alargamento de acções com as ONG que actuam na zona costeira e nas Áreas Protegidas (AP) para a introdução de noções da conservação dos recursos naturais e biodiversidade, acções de educação ambiental nas compo-nentes do programa da UICN através da capacitação dos guardas do parque e grupos de inte-resses económicos e o reforço da consciência ambiental no seio dos grupos alvos de ONG (professores, alunos, pescadores, apicultores). Na vertente socioeducativa, apoia iniciativas locais no seio dos agrupamentos de base (apicultura, valorização dos produtos florestais não lenhosos, pesca); diversificação dos suportes visuais de animação, a fim de atingir o grande público.

Segundo o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (2008), no PNTC fazem sentir a grande pressão sobre os tarrafes, com o aumento progressivo de pescadores na zona sul e com a dinâmica migratório na zona norte, aumentou o índice de corte de tarrafes e desde a sua utilização na fumagem de pescado, bem como para fins de abertura de campos de agricultura (bolanhas). Os próprios residentes, na zona norte do Parque, utilizam tarrafes na construção de habitações e nas vedações, assim como os exploradores de ostras, em algumas situações cortam as próprias raízes dos tarrafes.

A presença de pescadores não residentes e de alguns acampamentos de pescadores no PNTC constituiu preocupação por parte dos actores de desenvolvimento local e na gestão do Parque. Essa preocupação é justificada pelo perigo que essas práticas possam causar na

preservação e conservação dos recursos naturais.

As iniciativas das ONG no PNTC têm contribuído no reforço da consciência ambiental através dos programas de informação, educação e comunicação ambiental e outros e a participação das comunidades locais no desenvolvimento auto-sustentado. A nível das políticas globais, contribuíram na mudança de mentalidades face as alterações climáticas e aquecimento global do Planeta, através de informação e sensibilização junto dos decisores políticos com vista a tomada de medidas acertadas para reduzir os efeitos de mudanças climáticas e respeito de certas convenções internacionais adotadas pelos chefes de Estados

## CAPÍTULO 6 - ONCLUSÕES

### 6.1. Visão final

A presente dissertação visou estudar e compreender a dinâmica das ONG e das populações no processo do desenvolvimento local em tempos de globalização, com base nas teorias que vêm explicando o processo de desenvolvimento social e do estudo empírico (inquérito e entrevista) que foi realizado na região do PNTC (Guiné-Bissau). O estudo teve como principal objectivo compreender se as ONG poderão ser factor promotor de estratégias de mudança no PNTC em contexto de globalização.

O PNTC, como anteriormente referido, teve como objectivo fundamental a conservação dos extensos tarrafes ao longo do rio Cacheu, como forma da manutenção da produtividade dos recursos marinhos e florestais e ajudar as comunidades locais na sua dinâmica de desenvolvimento. Alberga diferentes ecossistemas, incluindo a população distribuída em 44 aldeias, população constituída por grupos étnicos com tradição viva e conservadora.

O território do PNTC abrange uma mancha de tarrafes (mangais) que poderá representar o maior bloco contínuo de tarrafes de toda a África Ocidental, calculado em cerca de 30.000 hectáres. Adjacentes aos tarrafes, acolhe elevadas densidades de aves aquáticas migradoras, flamingos-pequenos, *Phoenicopterus minor*, uma espécie rara em África Ocidental, bem como numerosas garças, pelicanos e limícolas de várias espécies.

O estuário do rio Cacheu através do seu mangal permite a reprodução e crescimento de várias espécies de peixes e mariscos (moluscos e crustáceos) de enorme importância para a pesca tanto artesanal como industrial e, portanto, para a economia local. No território do PNTC vivem hipopótamos e manatins (peixe-boi) consideradas espécies em vias de extinção e que, portanto, é necessário preservar.

No PNTC existem condições ecológicas favoráveis para promoção do ecoturismo, na medida em que as suas praias (sobretudo a de Varela) aliadas à sua característica peculiar são capazes de atrair investidores na indústria turística criando maior competitividade neste mercado para seu desenvolvimento socio-económico.

De acordo com a perspectiva das pessoas inquiridas, os aspectos mais relevantes para o desenvolvimento local que decorrem do processo da globalização são as questões relaciona-das ao meio ambiente, as novas tecnologias, a inteligência estratégica, a dinâmica global e as ONG enquanto actores locais. Por outro lado, verifica-se que os respondentes consideram

que os aspectos mais relevantes para a promoção do desenvolvimento local são as questões relacionadas com a auscultação das comunidades locais, preservação das tradições locais, valorização das relações da comunidade com o seu território, as questões ambientais do território e o conhecimento científico sobre as características do território e da comunidade local.

Os inquiridos consideram ainda que os aspectos mais relevantes para definir e promover estratégias de intervenção local são os aspectos relacionados com a auscultação das comunidades locais, valorização das relações da comunidade com o seu território, a promoção da confiança entre comunidade e ONG e a criação e promoção de parcerias, em geral, e, em particular, com o poder tradicional e entre as ONG. Nesta perspectiva, os respondentes entendem que quando se pretende definir estratégias de intervenção, está-se a admitir que existem problemas que se querem ver resolvidos para o que é fundamental auscultar a comunidade local e analisar em detalhe a natureza dos problemas.

Em relação às estratégias de participação, verifica-se que os respondentes consideram que os aspectos mais relevantes para a promoção da participação dos actores locais no processo de desenvolvimento local são os aspectos relacionados com a participação das pessoas que devem ser consideradas como estando no centro do processo de mudança e o envolvimento da comunidade como um todo.

Tendo por base o estudo de associação entre os índices construídos, verifica-se que, na perspectiva dos inquiridos, o fenómeno da globalização está positivamente associado, embora moderadamente, com o processo de desenvolvimento local e com o envolvimento dos actores locais nesse processo. Por outro lado, e, estranhamente, na perspectiva dos respondentes, o processo de desenvolvimento local apenas está positivamente associado com o fenómeno da globalização não estando associado ao processo de participação dos actores locais e de definição e promoção de estratégias de intervenção local. Esta percepção dos inquiridos decorre provavelmente do facto de considerarem mais relevante para o processo de desenvolvimento local, o fenómeno da globalização e a participação dos membros da comunidade na definição das estratégias de intervenção local.

A área da localização das pessoas inquiridas (Cacheu, Canchungo e São-Domingos) não influenciou as apreciações feitas sobre o fenómeno da globalização, o processo de desenvolvimento local e sobre as estratégias de intervenção. Contudo, no que se refere ao processo de participação, verifica-se que a percepção dos respondentes varia em função da sua área de localização.

Por conseguinte, «poderão as ONG ser factor de estratégias de mudança se os projectos em que participam são um factor estratégico de desenvolvimento local para capacitar e mobilizar pessoas e recursos endógenos e exógenos, em parceria de internacionalização, para gerar mais valor acrescentado relativamente às prioridades das comunidades e dos territórios em contexto de globalização».

## 6.2. Recomendações

O processo de desenvolvimento local consiste na transformação local que envolve as ONGs e populações, e demais intervenientes, para capacitar e mobilizar recursos em parceria

de internacionalização das suas potencialidades para gerar mais valores acrescentados às prioridades das comunidades em contexto do crescente fenómeno da globalização. Em comunidades com atraso em termos do desenvolvimento social, os actores de desenvolvimento podem, obviamente, promover o desenvolvimento com base na inteligência estratégica o que lhes permitiriam compreender as tendências globais e sobretudo as problemáticas locais.

Uma vez que as pessoas inqueridas tiveram em consideração os efeitos do fenómeno da globalização no processo da mudança, a importância da participação das pessoas e das comunidades locais, seria recomendável que os técnicos do desenvolvimento local (sobretudo as ONG) tenham em conta na definição da sua estratégia de intervenção as seguintes questões:

- As questões relacionadas com o meio ambiente: preservação e conservação;
- As novas tecnologias e inteligência estratégica;
- As transformações globais e os seus efeitos na vida comunitária;
  - A preservação das tradições locais;
- A valorização das relações da comunidade com o seu território;
- A promoção da confiança entre comunidade e ONG;
- A criação e promoção de parcerias em geral, em particular, com o poder tradicional e entre as ONG;
- Os problemas que as comunidades locais se enfrentam;
- A participação das pessoas no processo de mudança e o envolvimento da comunidade;

## BIBLIOGRAFIA

- Alain, T. (1996). *O retorno do actor*. Lisboa: Instituto Piaget (Original publicado em 1984).
- Albino, J. C., Laura, L., & Rosa, J. (2001). *(Des)envolver desenvolvendo*. Alentejo: ESDIME.
- Allemand, S. & C. (2002). *A mundialização*. Mira-Sintra - Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Alves, M. I. (1996). *As ONG na política comunitária de cooperação para desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC.
- Amaro, R. R. (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In ESDIME - Desenvolver desenvolvendo: reflexões e pistas para o desenvolvimento Local (pp. 155-169). Em J. C. Albino, L. Laura, & J. Rosa. Alentejo: ESDIME.
- Amaro, R. R. (2003). *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática a teoria*. In *Cadernos de Estudos Africanos Nº4. Desenvolvimento e saúde em África* (Pp. 35-70). . Lisboa: Centro de Estudos Africanos.
- Antunes, M. d. (2015). *Dinâmica da População no desenvolvimento de Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Sociais e Pesquisa da Universidade Lusófona.
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.
- Bartoli, H. (2003). *Repensar o desenvolvimento: acabar com pobreza*. Lisboa: Instituto Piaget (Original publicado em 1999).
- Bauman, Z. (1998). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar (Original publicado em 1998).
- Bauman, Z. (2006). *Amor líquido: sobre fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio d'Água (Original publicado em 2003).
- Bem-David, J. (1974). *O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bull, P. B. (1989). *O crioulo da Guiné-Bissau filosofia e sabedoria (1ª ed)*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Burns, T. R. (2000). *Sistemas de regras sociais: teorias e aplicações*. Oeiras: Celta Editora (Original publicado em inglês 1987).
- Candeias, J. (2001). *Apreciação geral do livro Desenvolver desenvolvendo*. In *ESDIME-Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste*.

*Desenvolver*

*desenvolvendo: reflexões e pistas para o desenvolvimento local (pp. 35-41).*

Messejana: ESDIME.

Cardeal, N. (2014). *Pensamento estratégico: antecipar as ondas do futuro.*

Lisboa: Universidade Católica Editora.

Cavaco, C. &. (2003). *O desenvolvimento local em meio rural face aos desafios da sustentabilidade: ensinos de 10 anos de iniciativa comunitária LEADER em*

*Portugal através de 16 cadernos temáticos.* Lisboa: Silas-Coop de Trab. Gráficos, srl.

CDISA. (1992). *Ciências sociais em África: alguns projectos de investigação.*

Dacar: Cordesia.

Chossudoovsky, M. (1999). *A globalização da pobreza: impactos das reformas de FMI e do Banco Mundial (1ª ed e 2ª imp.).* São Paulo: Moderna (Original publicado em 1997).

Coelho, J. D. (2000). *Sociedade da informação: o percurso português (1ª ed).*

Lisboa: Edições Silabo.

Cotta, A. (1977). *O capitalismo.* Lisboa: Dom Quixote (Original publicado em

1977). Dupâquier, J. (2002). *A população mundial no século XX.* Lisboa: Instituto Piaget.

E, T. (2001). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadão (2ª ed).*

São Paulo: Cortez Editora.

Eisenstadt, S. N. (1991). *A dinâmica das civilizações: tradições e modernidade (1ª ed).*

Lisboa: Edições cosmos.

Elias, N. (1997). *Envolvimento e distanciamento (1ª ed).* Lisboa: Dom Quixote

(Original publicado em 1990).

Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação (1ª ed).*

Lisboa: Lusodidáctica (original publicado em 2006).

Frank, A. G. (1976). *Sociologia do desenvolvimento e sub-desenvolvimento da sociologia.*

Coimbra: Centelha.

Freixo, M. J. (2010). *Metodologia científica: Fundamentos e técnicas (2ª ed).*

Lisboa: Instituto Piaget.

Friedman, T. L. (2007). *O mundo é plano (8ª ed).* Lisboa: Actual Editora (Original publicado em 2005).

Friedmann, J. (1996). *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo (1ª ed).*

Oeiras: Celta (Original publicado em 1992).

- Fukuyama, F. (2000). *A grande ruptura*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Fukuyama, F. (2015). *Ordem política e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia (1ª ed)*. Lisboa: D. Quixote.
- Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal (1ª ed)*. Oeiras: Celta Editora (Original publicado em 1991).
- Giddens, A. (1995). *As consequências da modernidade (2ª ed)*. Oeiras: Celta Editora (Original publicado em 1990).
- Giddens, A. (1999). *O mundo na era da globalização (3ª ed)*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia (4ª ed)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guerra, I. C. (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: o planeamento em ciências sociais (1ª ed)*. Estoril: Princípiã.
- Guerra, I. C. (2003). *Polémicas e modelos para uma sociologia de intervenção. In Cadernos de Estudos Africanos (Nº 4) Desenvolvimento e saúde em África*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos.
- Guerra, I. C. (2006a). *Participação e acção colectiva: Interesses, Conflitos e Consensos (1ª ed)*. Estoril: Princípiã .
- Guerra, I. C. (2006b). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso (1ª ed)*. Cascais: Princípiã.
- Guiné-Bissau, A. N. (s.d.). Constituição da República da Guiné-Bissau.
- IBAP. (23 de abril de 2014). *Áreas protegidas*. Obtido de <http://www.Ibap-gb.org>. IBAP.
- (8 de janeiro de 2016). *Plano de gestão do Parque Natural dos Tarrafes do rio Cacheu*. Obtido de [https://rsis.ramsar.org/RISapp/files/45673327/documents/GW\\_mgt1505.pdf](https://rsis.ramsar.org/RISapp/files/45673327/documents/GW_mgt1505.pdf).
- Lima, d. P. (1995). *Inquérito sociológico problemas de método: preparação de inquérito, recolha de dados, tratamentos da informação e técnicas, sondagens e entrevistas (4ª ed)*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mankiw, N. G. (2001). *Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia (2ª ed)*. Rio de Janeiro: Editora Campus (Original publicado em 2001).
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (1999). *Sociologia geral (7ª ed)*. São Paulo: Atlas.
- Menezes, M. (2001). *As práticas de cidadania no poder local comprometido com a comunidade*. Coimbra : Quarteto.
- Moniz, J. B. (2011). *Guião de bolsa: inquérito ao mercado de capitais (1ª ed)*. Lisboa: Bnomics.
- Naisbitt, J. (1983). *As dez grandes transformações ocorrendo na sociedade moderna*.



São Paulo: Círculo do livro (Original publicado em 1982).

Nazareth, J. M. (2009). *Demografia a ciência da população (3ª ed)*. Lisboa: Editorial presença.

Reis, J. (1998). *Interior, desenvolvimento e território. In Pinto, M. J. & Doneleas, A. (Coord), Perspectiva de desenvolvimento do interior (pp. 77-86)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Rodrigues, V. J. (2009). *Desenvolvimento sustentável: uma introdução crítica (1ª ed)*. Parede: Príncípia.

Rostow, W. W. (1978). *Etapas de desenvolvimento econômico (6ª ed)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores (Original publicado em 1960).

Sanchs, J. (2006). *O fim da pobreza: como consegui-lo na nossa geração (1ª ed)*. Cruz Quebrada: Casadasletras (Original publicado em 2005).

Santos, B. d. (2001). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

Santos, M. d. (1994). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-

Ampur. Sauvy, A. (1944). *A População*. Lisboa: Edição libro do Brasil Lisboa.

Sen, A. (2003). *O desenvolvimento como liberdade (1ª ed)*. Lisboa: Gradiva (Original publicado em 1999).

Shorter, E. (1995). *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar (Original publicado em 1975).

Smith, A. (1990). *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações (3ª ed., vol. 1)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Original publicado em 1776).

Stiglitz, J. (2003). *Globalização: a grande desilusão (1ª ed)*. Lisboa: Terramar (Original publicado em 2002).

Teixeira, E. (2011). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã (2ª ed)*. São Paulo: Cortez.

Tonnies, F. (1887). Comunidade e sociedade. Em M. B. Cruz, *Teorias sociológicas* (pp. 509-528). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Touraine, A. (1994). *Crítica da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget (Original publicado em 1992).

Touraine, A. (2010). *Depois da crise*. Lisboa: Instituto Piaget (Original publicado em 2010).

Velez, M. (2001). Das experiências de DL como alternativa em construção. Em J. C. Albino, L. Laura, & J. Rosa, *Desenvolver (des)envolvendo: reflexões e pistas para o desenvolvimento local* (pp. 139-144). Alentejo: ESDIME.

Véron, J. (1996). *População e desenvolvimento*. Mira sintra-Men Martins: Publicações

Europa-América (Original publicado em 1994).

Weber, M. (1990). *A ética protestante e o espírito do capitalismo (3ª ed)*. Lisboa: Editora Presença (Original publicado em 1904-1905).

Weber, M. (1992). *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora (Original publicado em 1973).

## Apêndices

### APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS TÉCNICOS E POPULAÇÕES DO PNTC

Assinale com um círculo na opção que achar próxima da sua resposta, de acordo com a seguinte escala: 5- concordo totalmente; 4- concordo parcialmente; 3- não concordo e nem discordo; 2- discordo; discordo parcialmente; 1- discordo totalmente

**Qual é a sua relação com o PNTC?**

Técnico de projectos



Membro da comunidade



**1. As ONG são actores proactivos de desenvolvimento local em tempos de globalização**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**2. As acções realizadas pelas ONG devem ter ligação directa com o território**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**3. As ONG devem promover o desenvolvimento local baseado nas dinâmicas da globalização**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**4. As estratégias de desenvolvimento local devem ser definidas auscultando às comunidades Locais**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**5. As ONG devem criar parcerias entre si**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**6. As ONG devem promover o desenvolvimento em parceria com o poder tradicional**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**7. As comunidades locais devem estar interessadas nas iniciativas de desenvolvimento promovidas pelas ONG**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**8. As ONG devem ter capacidade de identificar e responder às necessidades das comunidades locais**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**9. Deve haver parceria entre as ONG com os outros actores de desenvolvimento**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**10. As ONG têm que se apostar em promover a participação das pessoas**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**11. As ONG têm que incentivar a criação de cooperativas e dinamizar economia local**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**12. As ONG devem suportar financeiramente as suas iniciativas**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**13. As ONG têm que intervir segundo as orientações das instituições públicas**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**14. As ONG têm que criar confiança com as comunidades locais**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**15. As comunidades locais devem estar presentes na definição de estratégias**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**16. As ONG devem auxiliar apenas às comunidades para enfrentar os seus problemas**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**17. As tradições devem ser preservadas no processo de desenvolvimento local**

1 2 3 4 5

es do Rio Cacheu (Guiné – Bissau)

Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>18. As influências externas devem ser aceites como valores acrescentados</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>19. A participação das comunidades deve ser incentivada</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>20. As ONG devem valorizar as relações territoriais que unam as comunidades locais</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>21. As ONG não devem ser burocráticas*</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>22. As ONGs não devem privilegiar certo segmento da população dentro duma comunidade</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>23. As iniciativas de mudanças devem ser numa dinâmica contínua</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>24. As questões ambientais devem ser tidas como fator fundamental de desenvolvimento local</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>25. As ONG devem promover iniciativas de desenvolvimento integrando os actores das comunidades</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>26. As ONG têm que promover o desenvolvimento como ato de liberdade</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>27. Promover o desenvolvimento com recursos que as localidades se apresentam</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

**28. O desenvolvimento local é possível com apoio das instituições internacionais**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**29. O desenvolvimento local implica criar uma economia aberta e competitiva**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**30. O desenvolvimento local tem como base uma economia solidária**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**31. As ONG devem dar maior importância às práticas herdadas no desenvolvimento local**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**32. As ONG têm que se apostar nas novas tecnologias para promoção das suas iniciativas**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**33. Os conhecimentos científicos são fundamentais ao desenvolvimento local \***

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**34. As ONG devem encarar o desenvolvimento local como políticas públicas**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**35. O desenvolvimento local implica ligar os recursos locais dos exógenos**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**36. As ONG devem abrir-se aos outros espaços para fortificar as suas iniciativas**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**37. As ONG devem despertar nas comunidades a ideia do dever a cumprir**

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

**38. ONG devem substituir as autoridades locais no processo de desenvolvimento**

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>39. As instituições que apoiam as ONG não devem interferir nos seus trabalhos</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>40. As pessoas não devem ser apenas receptoras de desenvolvimento por parte das ONG</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>41. As ONG têm que se adaptar às novas realidades do mundo globalizado</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>42. As ONG devem promover participação bem como a capacitação das comunidades</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>43. As iniciativas devem ser promovidas baseado naquilo que é o desejo das comunidades</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>44. As pessoas devem estar no centro de mudança</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>45. As ONG devem renovar sempre as suas estratégias</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
<b>46 responsabilizar sempre as pessoas pelos seus actos</b>						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

## **APÊNDICE II: GUIÃO DE ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR-EXECUTIVO DA ONG GUINEENSE GAECA-PALMEIRINHA**

### **As ONG poderão ser um factor de estratégias de mudança no PNTC?**

Enquanto responsável desta ONG gostaria que falasse um pouco do processo de desenvolvimento local.

- Para si o que é desenvolvimento local?
- É um processo com tempo determinado ou contínuo?
- Deve ser encarado como políticas públicas ou não?
- As estratégias como devem ser definidas?
- Através de procedimentos burocráticos?
- Negociação entre os atores visados?

### **Importância do desenvolvimento local para o PNTC**

É inquestionável a importância que reveste o desenvolvimento local para o processo do desenvolvimento.

- Para o desenvolvimento nacional?
- Para transformação local?

### **Participação das comunidades locais na concessão de estratégias**

Como avalia o nível de envolvimento das pessoas, uma vez que nem todos têm igual nível de saber, de instrução e de informação e de envolvimento?

- Será que as pessoas participam?
- De que forma?
- Ativa, passiva ou simbólica?
- Qual é a camada que mais participa? (mulheres, homem jovens)
- Participar é uma obrigação ou opção?
- Qual é a razão de não envolvimento das pessoas?

**Como e quem participa na tomada das decisões para execução dos vossos planos estratégicos:**

- Os técnicos ligados à vossa organização?
- Os animadores?



- Comunidades beneficiárias?
- As instituições públicas?

### **Globalização**

O fenómeno de globalização tem sido um dos mais falado no âmbito do desenvolvimento, portanto, que leitura faz deste conceito em relação ao processo de mudança?

- Suas influências na economia local;
- Na cultura;
- No ambiente;
- Na política;

Obrigado pela atenção

### **APÊNDICE III: ENTREVISTA COM DIRETOR-EXECUTIVO DA ONG GAECA-PALMEIRINHA**

**Antes de mais gostava que falasse um pouco da vossa ONG?**

**R:** O Programa de Educação e Comunicação Ambiental “PALMEIRINHA” era um dos programas da UICN na Guiné-Bissau, criado em 1992, depois da Cimeira Mundial do Ambiente, que teve lugar no Brasil -Rio 92.

Tinha como objetivo principal sensibilizar os alunos de idade compreendida entre os 10 e os 14 anos. Sobre o seu meio ambiente imediato, aumentar-lhes conhecimentos e incitá-los a transmitir esses conhecimentos aos adultos. Através das informações concretas e fiáveis do boletim Palmeirinha.

Para atingir os objectivos supracitados, a GAECA PALMEIRINHA adotou as seguintes estratégias:

- Concepção e a produção de materiais didáticos pedagógicos;
- Animação e distribuição do boletim nas escolas situadas na zona costeira;
- Formação dos professores nas técnicas de animação e exploração do meio ambiente;
- Formação dos jornalistas das rádios comunitárias no domínio da comunicação ambiental;
- Produção e difusão de programas e emissões radiofónicas

sobre problemáticas ambientais da zona costeira;

- A formação dos técnicos da ONG GAECA PALMEIRINHA no domínio de educação e comunicação ambiental.

A GAECA PALMEIRINHA intervém em torno de 3 grandes vertentes: a vertente pedagógica, ambiental e socio-educativa.

Na vertente Pedagógica, foram desenvolvidas as seguintes ações:

A concepção e produção de boletim Palmeirinha (28 edições do Boletim Palmeirinha (1993-2014), com tiragem de 6.000 exemplares cada, com variados temas sobre a biodiversidade, ecossistemas e recursos naturais;

A distribuição e animação dos suportes pedagógicos nas escolas e nas áreas protegidas; uma rede dos jornalistas das rádios comunitárias;

posters sobre as espécies, actividades de eco-desenvolvimento com tiragem de 2.500 exemplares; ano); sobre o meio ambiente circundante (alunos, professores, adultos) e os problemas que afectam esse meio; actividade participativa dos grupos alvos na resolução dos problemas que afetam a zona costeira (construção de fogões melhorados, jardins

escolares, sessões de cinema e debate);

Áreas Protegidas da Guiné-Bissau; Acordo entre o Ministério da Educação e a União Internacional para a Conservação da Natureza –UICN 1996). Em relação à Vertente Ambiental, foram desenvolvidas as seguintes atividades alargamento de ações com as ONG que atuam na zona costeira e nas áreas

Protegidas para a introdução de noções da conservação dos recursos naturais e biodiversidade; ações de educação ambiental nas componentes do programa da UICN através da capacitação dos guardas dos parques e grupos de interesses económicos;

o seio dos grupos alvos de ONG (professores, alunos, pescadores, apicultores) no Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, Parque Natural das Lagoas de Cufada, Parque Nacional de Orange e Parque Nacional Mari-nhoda João Vieira e Poilão; parcerias a nível nacional e internacional; actividades pedagógicas nas áreas protegidas (construção de fogões melhorados, criação de viveiros e repovoamento florestal e transformação e valorização dos produtos florestais não lenhosos).

Com a retirada progressiva dos financiadores principais da UICN, nomeadamente a DDC em dezembro de 2003, deu-se uma profunda reestruturação desses programas na Guiné-Bissau. Assim, os técnicos do Programa da Educação e Comunicação Ambiental “PALMEIRINHA” com uma larga experiência adquirida ao longo dos 12 anos de projeto em matéria da educação e comunicação ambiental tanto ao nível nacional como internacional, decidiram transformar o Programa numa ONG denominada: Grupo de Apoio à Educação e Comunicação Ambiental – GAECA PALMEIRINHA em 22 de janeiro de 2004.

Em 2004, este programa transformou-se no Grupo de Apoio à Educação e Comunicação Ambiental, GAECA PALMEIRINHA. Esta organização tem como objetivo prosseguir as ações de educação e comunicação ambiental nas Áreas Protegidas e no seio da sociedade guineense, com vista a uma gestão e utilização durável dos recursos naturais e da biodiversidade da zona costeira da Guiné-Bissau, tendo como missão principal de educar a sociedade para a conservação do ambiente, conciliando as especificidades sociais e culturais com a preservação da biodiversidade e com o uso sustentável dos recursos naturais.

A Organização dispõe de numerosos instrumentos pedagógicos e da comunicação ambiental, uma metodologia de abordagem sobre temáticas ambientais muito eficaz e é muito conhecida no meio do seu público-alvo, nomeadamente dos alunos, professores e grupos de interesses económicos da zona costeira da Guiné-Bissau. Mas, apesar da sua larga experiência

em matéria de sensibilização, informação, educação ambiental e um conhecimento adquirido no domínio do meio ambiente, a Palmeirinha precisa de se inovar. Assim sendo, a ONG GAECA PALMEIRINHA deseja realizar um diagnóstico profundo a fim de permitir a sua perenização no que concerne a sua evolução.

### **A situação atual das ONG no mundo e na Guiné-Bissau?**

**R:** As ONGs a nível mundial e a nível nacional enfrentam series problemas financeiras que dificultam a intervenção dessas organizações a grande escala, sobretudo a nível das comunidades mais carenciadas.

### **Particularmente no Parque Natural dos Tarrafes do rio Cacheu?**

**R:** O Governo da Guiné-Bissau não financia o funcionamento das Áreas Protegidas, nomeadamente o Parque Natural dos Tarrafes do Rio de Cacheu. Este funciona com o financiamento externo. Atualmente o Parque Natural dos Tarrafes do Rio de Cacheu integra em varias redes e temáticas a nível da sub-região na área da conservação dos recursos naturais e biodiversidade, permitindo angariar sempre fundos para que possa apoiar as comunidades nas suas iniciativas locais de desenvolvimento na perspetiva de melhoria de suas condições de vida e de luta contra a pobreza, e na gestão durável dos recursos haliêuticos no Rio de Cacheu.

### **I. Desenvolvimento Local**

**Enquanto responsável máximo dessa ONG, gostaria que falasse um pouco da vossa experiência no processo de desenvolvimento Local com as comunidades.**

**R:** Desde 2004, a ONG GAECA PALMEIRINHA tem estado a apoiar as comunidades residentes nas Áreas Protegidas no processo de desenvolvimento local através de reforço de capacidades no domínio de apicultura melhorada, transformação e valorização dos produtos florestais não lenhosos, construção de fogões melhorados para reduzir esforços físicos das mulheres na procura de lenhas e gastar pouco tempo na cozinha; criação de animais de ciclo curto para venda e apoio na aquisição de materiais escolares para os seus educandos e no investimento na saúde dos seus educandos.

### **Para si em que consiste o processo do desenvolvimento local?**

**R:** O desenvolvimento local e um processo que envolve as comunidades locais com

vista a melhoria de suas condições de vida e na luta contra a discriminação e dependência dos outros parceiros locais.

### **É um processo contínuo?**

**R:** Claro. O desenvolvimento local é considerado um processo de médio, curto e longo prazo, dependendo das necessidades e ambição de cada comunidade, quando se trata do seu plano de Desenvolvimento Local.

**Deve ser encarado como políticas públicas ou não?** O desenvolvimento local é encarado como política pública, na medida em que envolve muitos atores para interesse comum.

### **O significado do desenvolvimento local?**

**R:** O desenvolvimento local na era da globalização é o sinónimo de igualdade e cooperação no domínio de desenvolvimento planetário.

### **Quem são atores deste processo?**

**R:** A comunidade, os parceiros de desenvolvimento e as ONG que intervêm no terreno.

## **II. Importância do processo de desenvolvimento local**

É inquestionável a importância que se reveste as vossas iniciativas para o processo da transformação local (comunitária)?

**R:** sim, na medida em que as condições sociais, económicas e ambientais das comunidades e seu meio ambiente imediato tem melhorado e participando no processo de gestão participativa dos recursos naturais e biodiversidade das suas localidades

**R:** Sim, as nossas iniciativas têm contribuído no reforço da consciência ambiental a nível nacional através dos programas de informação, educação e comunicação ambiental e outros sectores (saúde, educação).

**R:** A nível global, as nossas atividades de desenvolvimento têm contribuído face as alterações climáticas e aquecimento global do Planeta, através de informação e sensibilização junto dos decisores políticos com vista a tomada de medidas acertadas para reduzir os efeitos

de mudanças climáticas e respeito de certas convenções internacionais adotadas pelos chefes das nações.

### **III. Participação das comunidades locais nas vossas iniciativas de desenvolvimento**

Como avalia o nível de envolvimento das pessoas. Uma vez que nem todas têm igual nível de participação, de saber, de instrução e de informação.

O envolvimento de pessoas em atividades que são de seus interesses. Pode ser a participação numa reunião ou num trabalho da organização.

**R:** As comunidades sempre que haja uma atividade de seus interesses, estas participam em massa.

**R:** marcando as suas presenças (fisicamente) ou em contribuições para o bem da organização.

**Ativa, passiva e/ou simbólica?** Participam ativamente, quando forem convocadas.

#### **Que camada que mais participa? (mulheres homem, jovens...)**

**R:** Dependem de tipos de associações, se for a associação das mulheres, serão elas a participarem e se forem também associações de jovens ou homens, a participação serão somente essas duas camadas distintas.

As pessoas que estão inseridas numa organização e tendo os seus estatutos a participação é sempre obrigatória com risco de ser excluído na organização por excesso de faltas.

#### **Razão de não participação?**

Algumas por falta de tempo ou imprevisto de últimas horas. Por exemplo: caso de falecimento dos seus amigos ou parentes.

#### **IV. Como participa nas definições do vosso plano estratégico:**

São os técnicos que definem o nosso Plano Estratégico, a base de um diagnóstico institucional feito pelo consultor recrutado para a sua elaboração e será analisado e aprovado numa Assembleia Geral da Organização findo a sua compilação.

**R:** Os animadores participam na sua implementação no terreno.

#### **Globalização?**

**R:** O conceito de globalização tem sido um dos mais estudados em ciências sociais e humanas, nos últimos tempos a esta parte, que leitura faz deste conceito em relação ao processo de desenvolvimento local.

#### **Para si o que é globalização?**

**R:** É um conceito atual que envolve a todos viventes neste Planeta que tenhamos a mesma forma de viver independente das nossas culturas, crenças e cores.

#### **Sua influência na vida das pessoas nas suas comunidades locais?**

**R:** Quando não for enquadrado devidamente no contexto local do desenvolvimento com vista a melhoria de condições de vida das comunidades locais (acesso a saúde, educação e viver num ambiente saudável) pode se transformar em factor de exclusão e de sub-desenvolvimento..

#### **Sua relação com o processo de desenvolvimento local?**

**R:** O processo de desenvolvimento local é considerado um dos motores para reduzir a fome no seio das comunidades, melhoria das suas condições de vida e respeito pela igualdade e equidade de género.

Obrigado pela disponibilidade